

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E
DESEMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS
NO BRASIL (1994-1999)**

CLAUDIA BRUNATTO LOPES

Florianópolis, 13 Julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E
DESEMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS
NO BRASIL (1994-1999)**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Pela acadêmica Claudia Brunatto Lopes

Orientador: Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho/Salário

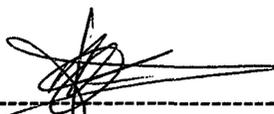
Palavras-chave: 1. Emprego
 2. Desemprego
 3. Trabalho informal

Florianópolis, 13 de julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

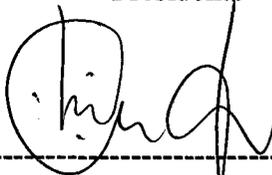
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,00 a aluna Claudia Brunatto Lopes na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste Trabalho..

Banca Examinadora:



Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Presidente



Marlene Grade

Membro

Prof. Nildo Ouriques

Membro

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta monografia foi possível à contribuição de pessoas e instituições, as quais manifesto o meu sincero agradecimento.

Ao professor Lauro Mattei, pela orientação na fase inicial deste projeto.

Agradeço ao mestre, Prof. Idaleto que apoio e incentivou a execução deste trabalho.

Aos meus pais e irmãs, que acreditaram na conclusão deste trabalho.

A meu marido, Fabian, que esteve presente em todas etapas desta monografia, com "imensa" paciência, compreensão e dedicação, para que eu tivesse uma formação digna.

A minha filha, Thaís, que perdeu vários finais de semanas, devido aos trabalhos deste curso.

A todos os amigos que de alguma forma contribuíram, para conclusão desta monografia.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	VI
LISTA DE FIGURAS.....	VI
LISTA DE TABELA	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VII
RESUMO	VIII
CAPÍTULO I - O PROBLEMA.....	9
1.1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 GERAL	12
1.2.2 ESPECÍFICO.....	12
1.3 METODOLOGIA.....	12
CAPÍTULO II - A LEI GERAL ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	14
2.1 A REPRODUÇÃO SIMPLES.....	15
2.2 A REPRODUÇÃO AMPLIADA.....	19
2.3 ACUMULAÇÃO GERAL DE CAPITAL.....	23
2.4 FORMAS DE EXISTÊNCIA DE UMA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA A GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	30

CAPÍTULO III - TÉCNICA DE MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO.....	32
3.1 BREVE HISTÓRICO DO DIEESE	32
3.1.1 INTRODUÇÃO.....	33
3.1.2 METODOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS.....	34
3.1.3 CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL BÁSICA	36
3.2 BREVE HISTÓRICO DO IBGE.....	37
3.2.1 METODOLOGIA E CONCEITOS BÁSICOS.....	38
3.3 PERFIL DO DESEMPREGO NO BRASIL E NAS REGIÕES METROPOLITANAS NA DÉCADA 90.....	40
3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PME (1999) – REGIÃO METROPOLITANA	55
CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO.....	58
4.1 CONCLUSÃO.....	58
4.2 RECOMENDAÇÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I

Organograma da Distribuição da População por Condição de Atividade (DIEESE)..... 63

ANEXO II

Diferenciação Interna entre Ocupado, Desempregado e Inativo (DIEESE)..... 65

ANEXO III

Metodologia IBGE 70

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - Taxa de participação total e por faixa etária, Brasil metropolitano (%) 43

GRÁFICO 2 - Taxa de crescimento do emprego por escolaridade, 1992-96 (%) 44

GRÁFICO 3 - Composição do emprego por escolaridade, Brasil metropolitano (%) 45

GRÁFICO 4 - Taxa de crescimento do emprego por faixa etária, 1992-96 (%)..... 45

GRÁFICO 5 - Taxa de emprego média, 1997, Brasil metropolitano (%)..... 47

GRÁFICO 6 - Taxa de crescimento do emprego por setor da economia, 1992-96 (%) 48

GRÁFICO 7 - Variação do rendimento médio real, 1993-97 (%) 50

GRÁFICO 8 - Crescimento do PIB e da produtividade do trabalho na indústria 54

GRÁFICO 9 - Evolução da Taxa de Desemprego Aberto, 1990-1999 (média anual) 56

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil (1990-1999).....	41
--	----

LISTA DE SIGLAS

- DIEESE** - Departamento Intersindical Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- EUROSTAT** - Statistical Office of the European Union Brussel
- FAPESP** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- OCDE** - Organização de Cooperação e desenvolvimento Econômico
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- PED** - Pesquisa de Emprego e Desemprego
- PME** - Pesquisa Mensal de Emprego
- PNAD** - Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
- PNPE (IPEA)** - Programa de Pesquisa Econômica
- PREALC** - Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
- SEADE** - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

RESUMO

Este trabalho tem como propósito discutir a questão da acumulação geral do capital, diante da expansão do desemprego no Brasil na década de 90.

Neste sentido, a evolução do desemprego aberto se intensifica à medida que aumenta a acumulação do capital, através da elevação do capital constante e o declino do capital variável.

O desempregado acaba engrossando as fileiras do exercito industrial de reserva, provocando uma tendência à precariedade e flexibilização na organização do trabalho. E com isso, a perda do emprego assalariado no total da ocupação, observa-se uma proliferação dos postos de trabalhos precários.

O presente trabalho é observar, num contexto geral da economia, o levantamento quantitativo do desemprego no Brasil mostrado pelo IBGE e DIEESE, e, também, como o capital apropria-se da riqueza social para valorizar-se, e acumular-se, em detrimento dos homens reais.

CAPÍTULO I - O PROBLEMA

1.1 INTRODUÇÃO

No último Quartel do século XX, a economia mundial foi marcada pela ampliação do desemprego e pelos postos de trabalhos mais simples e mal remunerado nos países pobre. O aumento do excedente de mão-de-obra tem se manifestado tanto nas economias avançadas¹ (por exemplo, o Japão, que é um dos maiores exportadores de aço manufaturado do mundo), e como nas economias atrasadas². Nos países avançados, o desemprego aberto (ver capítulo III) intensificou-se no que diz respeito ao subemprego³ (ocupações precárias e sub-remuneradas), enquanto nos países pobres o desemprego aberto passou a ser mais fortemente representado na geração de excedente de mão-de-obra.

Verificou-se no Brasil, uma acentuada tendência de elevação nestas taxas nas áreas metropolitanas durante o ano de 1995 e, notadamente, no início de 1996, isto após um período de queda no período imediatamente posterior à implementação do Plano real⁴. Por outro lado, a capacidade de absorção de mão-de-obra no setor industrial, historicamente um grande empregador, diminui consideravelmente – havendo, inclusive, redução de posto de trabalho – em função do processo de abertura comercial que foi a tônica da política econômica dos anos 90, e que privilegia ajustes que gerem ganhos de produtividade para aumentar sua competitividade no cenário internacional.

Na primeira metade do século XX, observou-se uma diminuição, ou mesmo retração, da capacidade de geração de emprego por parte do segmento industrial, além de seu impacto direto no nível de emprego, tem suscitado preocupação adicional na medida em

¹ Economias Avançadas - São países industrializados e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população.

² Economias atrasadas – São países pobres, economicamente atrasados, caso da América Latina, África e Ásia. Sua situação econômica caracteriza-se em geral por baixa renda *per capita*, grande dependência de exportação de um número reduzido e produtos primários, entre outros fatores.

³ Situação sócio-econômica dos trabalhadores que se dedicam à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou só encontram trabalho em certos períodos do ano.

⁴ Plano Real – plano elaborado pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, e sua equipe, logo após assumir o Ministério da Fazenda em maio de 1993. O objetivo principal do Plano era combater a inflação e ajustar as contas públicas.

que este sector tem sido tradicionalmente o maior responsável pela oferta de postos de trabalhos de qualidade⁵, pelo menos enquanto entendida por maiores níveis de remuneração, acesso à proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e desenvolvimento do trabalhador. Ou seja, a preocupação recente com a questão do emprego embora centrada no aspecto quantitativo, tem passado também pela dimensão qualitativa.

O ressurgimento do desemprego enquanto fenómeno de maior proporção, canalizando a preocupação da população, torna-se alvo de atenção. Por isso, a tentativa de medir o excedente de mão-de-obra, tem como objetivo de produzir resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação internacional. As técnicas de mensuração de desemprego seguem recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que vem colaborando intensamente no esforço de definir parâmetros fundantes das informações estatísticas sobre o mercado de trabalho em vários países.

as pesquisas sobre emprego e desemprego tem buscado ampliar as informações disponíveis para a caracterização de cada condição de atividade, mas poucas alterações tem sido feita nos critérios classificatórios. Esta relativa inércia dos procedimentos metodológicos parece decorrer da rapidez com que o objetivo das pesquisas tem se transformado, dificultando a formulação de novos conceitos e critérios para captar uma realidade cada vez mais fluída, constituindo, neste sentido, uma postura saudável de preservação de séries de informações que permitam contrapor o passado ao momento atual e futuro (HOFFMANN; BRANDÃO, 1996 p. 2)

Embora pareça ser apenas uma questão metodológica, a controvérsia quanto ao nível do desemprego no país reveste-se de importante conteúdo político, por condicionar o alcance de prioridade a serem dados à elaboração e implementação de políticas ativas de geração de empregos.

A economia nacional perdeu sua dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente baixa variação de renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalhos – na maioria de baixa

⁵ Trabalhos de qualidade – são postos de trabalho protegidos pela legislação trabalhista, seja através do acesso à carteira de trabalho, seja por regime estatutário.

qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados⁶ foram reduzidos em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público.

O aumento da concorrência internacional gerado pela globalização obriga as empresas a cortarem custos diminuindo os preços, para obter maximização de seus lucros, através de automatização. Como os países mais ricos possuem altos salários, as empresas procuram instalar suas fábricas em locais que possuem mão-de-obra barata. Com isso uma transferência de empregos dos países mais ricos para os mais pobres. O desemprego estrutural⁷ é uma tendência em que são cortados vários postos de trabalhos e uma das principais causas é a automação de várias rotinas, substituindo a mão-de-obra do homem., por exemplo, as fábricas estão substituindo operários por robôs, os bancos estão substituindo funcionários por caixas eletrônicos. Em contrapartida, existe também a criação de novos pontos de trabalho, gerando novas oportunidades de emprego. Mas esses novos empregos exigem profissionais com boa formação, continuando o desemprego nas camadas mais baixas da população.

Este maior investimento de máquinas resulta no excedente de mão-de-obra, que segundo Marx, torna-se elemento da reprodução ampliada, onde capital constante aumenta à custa do capital variável, permitindo o crescimento dos capitalistas em maior ou menor proporções. “A classe trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo de produção capitalista”. (Marx, 1998 p. 732)

Mesmo existindo um volume de força de trabalho já empregado, sempre haverá um exército industrial de reserva, ao qual os capitalistas recorrem nos momentos de intensa acumulação do capital e, quando cresce consideravelmente a demanda por força de trabalho.

⁶Emprego qualificado - por exemplo as atividades vinculadas ao setor industrial, que necessitam em geral, de alguma especialização prévia

⁷Desemprego estrutural - origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra.

Frente á esta realidade, a economia global induz a um processo de automatização do trabalho, gerando uma população supérflua. Apresentarei a metodologia de mensuração do desemprego mostrado pelo IBGE e DIEESE nas regiões metropolitanas no brasil (1994-1999) procurando avaliar as conseqüências das pesquisas metodológicas, deparado com o desemprego e a postura capitalista, com base na obra “ O Capital” de Karl Marx, capítulo XXIII do livro 1, vol. 2.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Apresentar e analisar a evolução do desemprego no Brasil (1994-1999), no que tange á lógica da acumulação geral do capital.

1.2.2 Específico

- Realizar uma síntese das metodologias de mensuração do IBGE e do DIEESE, referente às regiões metropolitanas (1994-1999),
- Mostrar as taxas de desemprego, com intuito de explicar a evolução das taxas de desemprego, no que tange a questão da acumulação geral do capital.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho está baseada em fontes secundárias. O caminho que se optou para tornar a proposta de trabalho fundamentada e compreensível foi dividi-la em duas etapas: A primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos relacionados com a questão principal, dando-se desta forma ao trabalho um marco teórico, através de uma coleta de textos selecionados e complementados pelas indicações bibliográficas do professor.

A Segunda Etapa foi dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo apenas uma apresentação do marco teórico.

No segundo capítulo é descrita a parte teórica dentro da lógica da acumulação geral do capital, utilizando o referencial marxista, com base na obra "O Capital", de Karl Marx"

O terceiro capítulo, consiste num levantamento das técnicas de mensuração do desemprego, caracterizado pelos critérios da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade e do DIEESE, através do método analítico-comparativo, possibilitando mostrar a elaboração da pesquisa de emprego e desemprego. E, também, alguns fatores que contribuíram para o a desestruturação do mercado de trabalho.

E por último, apresentarei uma pequena revisão da teoria da acumulação geral do capital, utilizando a metodologia desenvolvida neste trabalho. Por fim, expõem-se as conclusões , com algumas sugestões ou recomendações.

É importante ressaltar que o estudo realizado neste trabalho, aborda apenas algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho na década de 90, no Brasil e nas regiões metropolitanas, como exercício de conclusão do Curso de graduação em Ciências Econômicas.

CAPÍTULO II - A LEI GERAL ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Este capítulo abordará uma análise conceitual básica de como o capitalismo vem transformando sua base produtiva e, transformando, por consequência, o mundo do trabalho.

Ao iniciar a questão da acumulação capitalista é importante averiguar o conceito de capital, e como ele se apresenta e divide, assim, proporcionando uma melhor interpretação do tema abordado.

Segundo a teoria de Marx, o capital⁸ é uma relação de produção da classe capitalista com a classe trabalhadora, ou seja, a relação entre a burguesia⁹ e o proletariado¹⁰. As relações de produção, por serem estabelecidas entre os homens neste processo, estão vinculadas às condições materiais da sociedade e baseia-se no processo de separação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que o trabalhador deve vender sua força de trabalho em troca do salário para suprir suas necessidades, porém totalmente desprovido de toda propriedade. Sua característica apresenta-se pela exploração do trabalho assalariado¹¹, no sentido de aumentar quantitativamente a produção de mais-valia¹², sendo acumulada pelo capitalista.

Existem dois modos, segundo Marx, pelos quais os capitalistas podem aumentar a taxa de mais-valia. Esses modos correspondem respectivamente à produção da mais-valia absoluta¹³ e mais-valia relativa¹⁴.

⁸ Capital é a valorização do valor, ou seja, é a expansão e a apropriação da mais-valia ao trabalhador assalariado no processo de produção.

⁹ Classe social composta pelos proprietários do capital e que vivem dos rendimentos gerados pelos trabalhadores.

¹⁰ Classe social que não possui os meios de produção, sendo por isso obrigada a vender sua força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência.

¹¹ Quantia em dinheiro em que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela execução de determinada tarefa.

¹² Mais-valia- é o valor criado pelo trabalhador (operário assalariado), durante o tempo de trabalho suplementado e apropriado gratuitamente pelo capitalista.

¹³ Mais-valia absoluta —é criada pelo aumento da jornada de trabalho. Se os trabalhadores gastam 10 horas ao invés de 8 horas no trabalho, quando o trabalho necessário é ainda somente 4 horas, então mais 2 horas de trabalho são adicionais. A taxa de mais-valia aumentou 4/4 para 6/4, ou de 100% para 150%.

2.1 A REPRODUÇÃO SIMPLES

Do ponto de vista da teoria marxista, a reprodução simples é um capital social de valor dado, fornece, neste como no ano anterior, a mesma massa de valores-mercadorias e satisfaz a mesma quantidade de necessidades, embora possam variar as formas das mercadorias no processo de reprodução.

Neste sentido, segundo a Teoria de Marx (1998), toda a sociedade ao produzir, necessariamente reproduzir-se, ou seja, precisará converter parte de seus produtos em meios de produção. No entanto, o capitalista só é capitalista, quando o seu dinheiro funcionar de forma contínua como capital, e o processo de trabalho, como forma de criação de valor.

Observemos globalmente o ciclo $D - M \dots P \dots M' - D'$, ou sua forma explicitada:

$$D - M \begin{cases} \text{MP} \\ \text{F. TR.} \end{cases} \dots P \dots M' \left\{ (M + \Delta M) - D' \right\} \left\{ D + \Delta D \right\} D - M \dots$$

O processo contínuo do capital realiza-se em três estádios. A forma de conversão de uma soma de dinheiro (D) em meios de produção (MP) e força de trabalho (F.TR.) é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função capital. Em seguida, o processo de produção (P), consiste em transformar os meios de produção em mercadoria (M') cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado acrescido da mais-valia; a seguir essas mercadorias são lançadas na esfera da circulação. Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro (D'), repetindo continuamente as mesmas operações, de forma circular e através das mesmas fases, assim constituindo a circulação do capital.

¹⁴ Mais-valia relativa – esta ligada aos processos e as condições sociais. Exemplo: o trabalho necessário tomará apenas 2 horas de trabalho do total de 8 horas. Assim a taxa de mais-valia é agora 6/2. Ela aumentou 100 para 300%

Marx (1998), ao descrever a reprodução simples no que tange ao capitalista, diz que este terá que produzir a mesma operação nos anos subseqüentes e utilizar o rendimento para seu consumo próprio.

Uma pessoa assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, no corrente ano, transforma 100 libras esterlinas em capital e produz 20 de mais valia, terá no próximo ano e nos subseqüentes de repetir a mesma operação. Como acréscimo periódico ao valor do capital, ou fruto periódico do capital em movimento, a mais valia toma a forma de um rendimento que tem sua origem no capital. (MARX, 1998, p. 661-662).

A exposição de Karl Marx, acima, procura mostrar que a composição orgânica do capital é composta de capital variável e capital constante, sendo a mais-valia a forma de rendimento que aparece como trabalho excedente. Então, no caso da reprodução simples, o capitalista terá que repetir a mesma operação sem alterar as demais circunstâncias, no entanto, seu rendimento é para seu próprio consumo.

Este processo de produção, inicia-se com a compra da força de trabalho por determinado tempo, se renovando toda vez que o prazo se expira. Sendo que o trabalhador só será remunerado a partir do momento que transfere o valor do capital constante, recria o valor da força de trabalho e cria a mais-valia. Na realidade, o que o trabalhador recebe é o salário de subsistência ou somente uma parte do produto por ele constantemente reproduzido, que é o mínimo que assegura a reprodução da força de trabalho. Mas apesar de receber um salário, o trabalhador acaba criando mais valor durante o processo de produção, ou seja, fornece mais do que aquilo que custou, a mais-valia.

Nota-se que o capitalista pagará o trabalhador a partir do momento que sua força de trabalho estiver materializado nas mercadorias, e conseqüentemente obtido a mais valia. Sendo assim, esta mais valia será o fundo de consumo do capitalista.

Em contrapartida, a mais-valia é fruto da propriedade privada dos meios de produção, obtida pelos capitalistas. Os proprietários procuram aumentar os seus

rendimentos através da mais-valia absoluta ou mais-valia relativa, resultando a exploração da força de trabalho.

Acabada a produção obtemos uma mercadoria igual a $c + v + m$ (sendo c o capital constante, v o capital variável, e m a mais valia). A mais valia proporcional é nos dada pela relação da mais valia com o capital variável (m/v), a taxa da mais-valia.

Porém, Marx afirma que o tempo de trabalho necessário da parte do dia em que se realiza a reprodução da sua força de trabalho. O período extra não constitui nenhum valor para o operário mas é essencial ao capitalista, chamando-lhe Marx de sobretrabalho. Para Marx as diferentes formas econômicas da sociedade, apenas se distingue pela forma como este sobretrabalho é apropriado. A taxa da mais valia pode também ser sobretrabalho/trabalho necessário. Sendo a mais valia dependente do grau de exploração da força de trabalho.

A metamorfose do dinheiro em capital exige, de um lado, o possuidor de dinheiro e, do outro, aquele que fornece a força de trabalho. A transformação da riqueza material em capital ocorre de forma que o trabalhador passa a ser “fonte pessoal de riqueza, fonte objetiva do capitalista, que por sua vez, age de forma subjetiva (força de domínio e de exploração) sobre o assalariado”.

Em meio ao contexto, o trabalho apresenta dois tipos de consumo. O que se encontra na produção, que é o consumo produtivo e opera “como força propulsora do capital”; e consumo individual, onde o trabalho “emprega dinheiro pago” para a compra de sua subsistência, mas que pertence ao capitalista.

O consumo individual do trabalhador é diferente do consumo produtivo. O trabalhador ao vender sua força de trabalho ao capitalista está consumindo meios de produção com seu trabalho e transformando-os em produtos de valor maior que o desembolsado pelo capital. Assim, o capitalista produz o trabalhador assalariado, e o trabalhador com que recebe (salário) suprirá suas necessidades de subsistência, para continuar a trabalhar e realizar suas funções vitais.

Portanto num processo contínuo de produção capitalista, o capitalista lucra com o que recebe e paga. Lucrando não apenas com que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. Desse modo, Marx afirma "*o consumo, individual transforma meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. Produção e reprodução dos meios de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador.*" (idem, p.667)

Por outro lado, Marx explica que se aumentarem os salários, o consumo também tende a elevar-se, mas sem o consumo adicional da força de trabalho pelo capital, pois o consumo para o próprio trabalhador é considerado improdutivo. Por isso que Marx afirma: "*Na realidade, o consumo individual do trabalhador é, para ele mesmo, improdutivo, por isso reproduz o indivíduo necessitado; é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois constitui a produção da força de trabalho que cria riqueza alheia*" (idem, p. 668).

Neste sentido, a reprodução do capital precisa que o trabalhador se reproduza, ou seja, que o capital converta-se em meios de subsistência, sendo considerada produtiva apenas a parte do consumo "*individual do trabalhador necessária para perpetuar a classe trabalhadora, (...) a fim de que o capital possa consumir força de trabalho*".(idem, p.668).

Visto socialmente, a classe trabalhadora está ligada ao processo de trabalho. Pois a condição de produção ou reprodução abrange uma sociedade trabalhadora, que para o capitalista é bastante habilidosa e criativa, assim percebeu a existência real de seu capital variável. No processo de produção capitalista, o capitalista e o trabalhador aparecem no mercado de trabalho não apenas como vendedor e comprador, mas sim, como uma necessidade econômica; o trabalhador como vendedor de sua força de trabalho e o capitalista como comprador, portanto, o trabalhador pertence ao capital antes mesmo de vender-se ao capitalista.

Em suma, no processo de reprodução simples, não reproduz somente a mercadoria e a mais-valia, e sim produz e reproduz a relação capitalista, de um lado, os proprietários dos meios de produção, e de outro, os assalariados. Pois o processo de reprodução simples é

apenas a repetição periódica dessa transformação¹⁵; o dinheiro se transforma continuamente em capital.

2.2 A REPRODUÇÃO AMPLIADA

Neste contexto, uma determinada fração da mais-valia total é empregada para aquisição de mais capital variável e constante, de modo a aumentar a escala existente de produção, ou seja, o capitalista aplica parte da mais-valia para acumular capital.

Para obter esta acumulação, Segundo MARX (1998),

... é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Mas sem fazer milagres, só pode transformar em capital as coisas que são aplicáveis no processo de trabalho, isto é, meios de subsistência. Em consequência, parte do trabalho anual excedente tem de ser transformado para produzir meios de adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual é o valor, já contém os elementos de um novo capital.(idem, p. 678).

Nesse processo, portanto, ocorrerá uma relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Ou seja, a classe capitalista utilizará a força dos trabalhadores adicionais, para fazer esses elementos materiais funcionarem, onde os trabalhadores cada vez mais estarão dependentes do capitalista.

Dentro do mecanismo da produção capitalista este reproduzirá uma classe trabalhadora, como classe cada vez mais dependente de salário, e à qual esta ordinariamente assegura não só a conservação como a multiplicação do capital.

Os capitalistas ao incorporar essas forças de trabalho adicional anualmente, necessitam aumentar o valor do capital original, para completar a transformação da mais-

¹⁵ Dinheiro em capital, tendo por consequência: que o produto pertença ao capitalista; que o valor desse produto abrange o valor adiantado e uma mais valia que o trabalhador gera, se tornando propriedade do

valia em capital. Mas, por outro lado, o capitalista, ao invés de transformar o capital adicional em mais empregos, pode transformar seu dinheiro em capital constante. O capital constante pode, entretanto aumentar a taxa de mais-valia relativa. Um aumento na produtividade do trabalho levará a uma queda no valor das mercadorias produzidas. Se alguma melhoria técnica nas condições de produção barateia os bens de consumo que os trabalhadores compram, então o valor da força de trabalho cai. Menos socialmente será necessário para reproduzir a força de trabalho, e a porção da jornada de trabalho dedicada ao trabalho necessário cai. Deixando mais tempo gasto criando mais-valia.

Essa transformação da mais-valia ou produto excedente age como fundo de acumulação e fundo de consumo individual do capitalista, na forma de reprodução ampliada. Quer dizer, a mais-valia, que o capitalista apropria-se parte será consumida como renda, outra parte empregada como capital ou acumulação, com a finalidade de enriquecer.

Tendo-se a quantidade de mais-valia, uma dessas partes é tanto maior quanto for menor a outra. Não alterando as demais circunstâncias, a proporção que existe entre as duas partes determinará a magnitude da acumulação. E somente o capitalista determinará o quanto consumir em renda, e quanto acumular.

Nesta condição, a acumulação faz parte do seu modo de produção capitalista, ou seja, ao personificar o capital, o que estimula é somente o valor-de-troca e sua ampliação. Segundo Marx (1998, p.688), *"o capitalista só possui valor perante a história e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital"*. Portanto o capital distingue-se de todas as outras formas de riquezas - ou modos pelos quais a produção social se desenvolve. No capitalismo, distribui-se o trabalho social entre diferentes atividades, e por isso produtores individuais relacionam-se uns com os outros através da troca de seus produtos é um traço essencial do capitalismo que nenhum produtor único controla a economia.

capitalista e que o trabalhador reproduziu sua força de trabalho e pode vendê-la novamente ao achar o comprador.

Na esfera de muitos capitais, gera-se a concorrência. Capitais individuais lutam entre si por mercados, procurando ganhar o controle dos setores particulares. Assim, são forçados a expandir-se continuamente seu capital, através da acumulação progressiva.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista frente a concorrência, compele a uma maior acumulação. Neste sentido o capitalista moderno, abdica-se de seu consumo individual, para aumentar o seu fundo de acumulação. Portanto o capitalista transforma a maior quantidade possível da mais-valia ou produto excedente em capital, independente da posição que o proletariado assume, porque na visão capitalista a classe trabalhadora é apenas uma máquina para produzir mais-valia.

Tendo em vista que a taxa de mais-valia é que determina a acumulação, esta portanto dependerá do grau de exploração da força de trabalho. O aceleração da acumulação motivado pela exploração da força produtiva do trabalho identifica-se com o aceleração da exploração do trabalhador. Ao tratar da produção da mais valia, Marx pressupõem sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao da força de trabalho. Pois, a redução compulsória do salário abaixo desse valor, transforma o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital. Portanto, esta redução do salário, afeta diretamente o trabalhador, e implica na ampliação da mais valia, e do fundo do capital.

Então, o capitalista com o propósito de aumentar seu fundo de acumulação, nos diversos ramos industriais, utiliza certo volume de instrumental de trabalho (capital constante), para determinada quantidade de trabalhadores empregados. Ou seja, o capitalista para aumentar seu fundo de acumulação, não precisa aumentar parte do capital constante na mesma proporção da quantidade de trabalho empregado, bastando apenas aumentar os números de horas trabalhadas, utilizando-se do mesmo instrumental existente, no qual este irá depreciar-se mais rapidamente. Neste caso, não adiantará capital nem para maquinaria e, nem para salários.

Nota-se, também, na indústria extrativa, mineração, que os insumos não são componentes do capital adiantado, são materiais provenientes da natureza (carvão, pedras etc.) no qual, o capital constante se constitui praticamente de instrumental de trabalho,

suportando uma quantidade muito ampliada de trabalho. E por fim, na agricultura, observa-se à ação da natureza interagindo com o trabalho do homem, depois de cultivada a um aumento considerável da quantidade produzida com o mesmo instrumental de trabalho e com maior quantidade de trabalho.

Dentro do contexto, MARX afirma:

Ao incorporar as fontes originais da riqueza, a força do trabalho e a terra, adquire o capital uma força de expansão, que lhe possibilita ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente estabelecidos por sua própria magnitude fixados pelo valor e pela quantidade dos meios de produção já produzidos, através dos quais existe o capital. (MARX, 1998, p. 702)

O grau de produtividade do trabalho social, segundo Marx, é fator importante para a acumulação capitalista. O aumento da produtividade condiz com o aumento da massa de meios de produção e portanto no decréscimo da quantidade de trabalho para por em movimento essa massa de meios de produção comparado com a quantidade de trabalho necessário para coloca-lo em movimento, ou seja, o aumento da parte constante do capital reflete ao decréscimo da parte variável. Entretanto, com a produtividade crescente do trabalho, cai o valor dos meios de produção em comparação com seu volume crescente que é consumido, ou seja, o capitalista despense cada vez menos capital para comparar um volume crescente de meios de produção.

Porém, no processo de produção já existe uma certa quantidade da força de trabalho incorporado no capital original. O desenvolvimento da força produtiva, utiliza-se do instrumental de trabalho, parte do capital constante (maquinaria, ferramentas, aparelhos etc.), em períodos mais ou menos longos, no qual consomem-se e, conseqüentemente, reproduzem-se ou são substituídos por novos. No entanto, com o aumento da produtividade acompanhado do progresso técnico, surge cada vez mais instrumentais de trabalho eficiente e barato, sendo repostos pelos velhos. No que diz respeito, a parte do capital constante, como insumos e acessórios, reproduzem-se durante um ano, na sua maioria que provem da agricultura. Neste sentido, toda inserção de melhoria técnica atua sob o capital adicional e capital já existente.

Tal fato é visualizado quando aumenta a concorrência, os capitalistas procuram utilizar-se de seus instrumentais de trabalho com mais intensidade, no qual sobrecarrega-os, havendo desgaste do mesmo. E também, intensificam a força de trabalho, explorando-as, para sua própria acumulação. Assim, MARX fala :

O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por eles consumidos. Demais, o valor e a quantidade meios de produção mobilizados por dada quantidade de trabalho aumentam a medida em que este se torna mais produtivo. Se, portanto, a mesma quantidade de trabalho acrescenta a seus produtos sempre a mesma soma de valor novo, aumenta, todavia, o valor do capital antigo que o trabalho simultaneamente lhes transfere com sua maior produtividade. (MARX, 1998, p. 704)

Portanto, com o crescimento do capital, aumentará diretamente a diferença entre o valor e o volume do instrumental de trabalho, como por exemplo, construções, maquinaria, aparelhos de toda espécie que funcionam em períodos mais ou menos longos, em processo de produção contínuo, e também havendo o desgaste do instrumental aos poucos, perdendo seu valor gratuitamente e transferindo-o ao produto. Então, é aplicado globalmente e consumido parcialmente, o mesmo oferecido pelas riquezas da natureza, a utilização crescente do trabalho passado no processo do trabalho vivo sob a forma de meios de produção, e por conseguinte o aumento da escala crescente da acumulação. Em suma, quanto mais cresce o capital, em virtude de acumulações sucessivas, também aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e fundo de acumulação.

2.3 ACUMULAÇÃO GERAL DE CAPITAL

A Composição do capital abrange dois aspectos: a composição do valor¹⁶ e a composição da matéria¹⁷. Marx (1998, p. 713), "*chama a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda composição de composição técnica*". Assim, a composição orgânica do capital, de acordo com Marx é caracterizada pelo processo

¹⁶ determinada pela proporção em que o capital se divide em constante – valor dos meios de produção e variável – valor da força de trabalho.

¹⁷ a composição técnica é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados.

produtivo, sendo que a composição do capital muda seu nome para composição orgânica, em função da composição segundo o valor e segundo a composição técnica.

A composição orgânica do capital tende a crescer com acumulação de capital ao longo do tempo. Isto é, trata-se de uma alteração na composição técnica, significando um crescimento na substituição da força de trabalho por maquinaria, em contrapartida, uma maior produtividade do trabalho. Pois esta produtividade, na acumulação primitiva, era medida através da habilidade, destreza, e esta era obtida através do aumento do capital variável, aumentando, também, os meios de produção, sendo a composição orgânica do capital uma constante. No entanto, ao elevar-se a produtividade, conseqüentemente, aumenta a massa dos meios de produção e a composição orgânica do capital.

No contexto teórico da lei geral da acumulação capitalista, Karl Marx expõe duas situações diferentes: Primeiramente, supõem que as condições da composição orgânica do capital permaneçam inalteradas: tanto o capital constante quanto a força de trabalho, permanecendo na mesma proporção, resulta na procura de trabalho na mesma dimensão que o aumento de capital. No entanto, o capital, automaticamente ao crescer, produz mais-valia, a qual, ao final de um determinado período, agrega-se ao capital inicial. Este acréscimo ocorre anualmente com a elevação do capital, o que viabiliza a ampliação da mais-valia ou do excedente em capital e renda. Desse modo eleva-se a necessidade de acumulação, sendo superior ao crescimento da força de trabalho. Desta forma, aumenta a procura por trabalho, e a elevação dos salários.

Esta elevação dos salários é inevitável, devido à acumulação do capital, chegando ao ponto em que as necessidades da acumulação superem a oferta de trabalho.

Tendo em vista que a força de trabalho incorpora-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, assim a classe trabalhadora cria um certo grau de dependência com a classe capitalista, que de certa forma tranqüiliza a classe trabalhadora, devido a segurança sob a forma de meios de pagamento, uma porção do seu próprio produto excedente ou mais-valia, transferindo num volume maior de capital adicional. No entanto, esta submissão, torna-se mais extensa, ao crescer o capital, ampliando seu campo de exploração sob os trabalhadores.

Para o capitalista, o seu único objetivo é comprar a força de trabalho, com intuito de aumentar o capital, sendo gerado na produção de mercadorias que contém cada vez mais trabalho não pago, extraído dos trabalhadores, e cuja venda realiza a parte do valor obtida gratuitamente, a mais-valia. Se caso houver um acréscimo de trabalho não pago, a classe capitalista acumula, expandindo-se rapidamente que só possa transforma-se em capital com um acréscimo do extraordinário de trabalho pago, podendo ocasionar um aumento nos salários e; não se alterando as demais condições, decrescendo o trabalho não pago. Caso este decréscimo atinja o ponto que o capital não consegue obter proporção normal do trabalho excedente que o alimenta, acontece uma reação em cadeia: capitaliza-se parte menor da renda, a acumulação enfraquece, e surge uma pressão contra o movimento ascensional dos salários.

Para os economistas este acréscimo do capital variável, acarreta num crescimento constante devido a rapidez da acumulação. Conforme mencionado até o momento, este acréscimo não alterava a composição técnica do capital, mas tendo como foco central a acumulação do capital, que está diretamente vinculado a produtividade do trabalho social e torna-se a mais poderosa alavanca da acumulação, portanto o processo alterará a composição técnica do capital.

Esta é a Segunda suposição que Marx refere-se, a alteração das condições da composição orgânica do capital: aumentando o valor antecipado em meios de produção em relação ao valor da força de trabalho, ou seja, aumentando o capital constante à custa do capital variável, expressa-se a produtividade crescente do trabalho e o desemprego dos trabalhadores.

Mas, MARX menciona:

a grandeza crescente dos meios de produção, em relação á força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação " à massa dos meios de produção que põem em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos. (MARX, 1998, p. 723)

Esta alteração na composição técnica do capital reflete o aumento dos meios de produção comparado com quantidade da força de trabalho. Isto porque, com o crescimento da produtividade do trabalho não só aumentara o volume dos meios de produção em que ele consome, mais cai o valor desses meios de produção em comparação com seu volume.

Por conseguinte, o objetivo é elevar a força produtiva social do trabalho, assim, eleva-se a produção da mais-valia ou produto excedente, que é o fator fundamental para acelerar a acumulação capitalista. Pois será o modo de produção capitalista e o crescimento do capital, que modificaram a composição orgânica do capital, a parte variável torna cada vez menor em relação a constante.

Esta produção do excedente torna-se a base de reprodução ampliada que condiciona o capital, permitindo o crescimento dos capitalistas em maior ou menor proporções. Todo capital individual é uma concentração¹⁸ dos meios de produção que comanda o exército de certo número de trabalhadores. A acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos dos capitalistas individuais, em consequência, aumentando a base de produção em grande escala e de seus métodos de produção.

A acumulação, dentro desse contexto, não é portanto, uma questão apenas individual. Trata-se de uma necessidade engendrada pela própria competição: uma luta entre os capitalistas. Pois o progresso técnico é a arma da concorrência intercapitalista. Assim, o capital se acumula nas mãos de um só, resultando numa centralização¹⁹ propriamente dita.

A concorrência é conduzida através da redução dos preços das mercadorias, sendo estas dependentes da produtividade do trabalho, e este da escala da produção. Neste sentido, os capitalistas maiores, com vantagens tecnológicas, produzindo em escala crescente, ganham mercado e eliminam facilmente capitalistas sem estruturas tecnológicas ou aqueles de pequenos portes. Nota-se então uma concorrência acirrada devido ao grande

¹⁸ Concentração – a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais, é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. E, também, parte do capital social localizada em cada ramo de produção reparte-se entre muitos capitalistas que se confrontam como produtores mercadorias, independentes uns dos outros concorrendo entre si. (Marx, 1998, p. 726)

¹⁹ Centralizada – Segundo Marx, quando o capital acumula-se numa só mão em proporções imensas. Num dado ramo de atividades, a centralização alcança seu limite extremo, quando todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital.

número de capitalistas individuais, os capitalistas de pequeno porte derrotados acabam nas mãos dos maiores.

A produção capitalista faz surgir o crédito, um auxiliar da acumulação, uma arma nova na luta da concorrência e transformando um imenso mecanismo social de centralização dos capitais. Esta centralização desenvolve-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação.

A expansão do movimento de centralização não depende de maneira alguma do incremento positivo do capital social. Ou seja, a centralização, é uma forma de acumular, capacitando os capitalistas industriais a ampliar sua escala de suas operações, onde estes se tornam capitalistas potenciais, levando a falência ou fusões de outros capitalistas individuais.

Este processo de acumulação, através do aumento do capital constante, pela reprodução é bastante lento, comparado com a centralização, que é necessário apenas a alteração quantitativa das partes integrantes do capital social. A centralização amplia e acelera ao mesmo tempo *“as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho.”* (MARX, 1998, p. 729)

As unidades novas no curso da acumulação, abrem caminhos para investimentos na área de tecnologias, para introdução de novas máquinas no mercado capitalista, no entanto, este movimento de centralização combinada com estes capitais, reduz absolutamente a procura de trabalho. E, também, as unidades do capital velho tentam se renovar, introduzindo a feição técnica aperfeiçoada, e esta nova composição expulsa, cada vez mais, trabalhadores, aumentando o desemprego. Assim, a acumulação do capital, deriva-se da mudança da composição orgânica do capital, ocorrendo um aumento na parte constante, à custa da parte variável.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, no que diz respeito a acumulação do capital, avançam com imensa rapidez, pois o aumento absoluto do capital

total é acompanhado da centralização de seus elementos individuais, e a transformação técnica do capital adicional é seguida pela transformação técnica do capital velho.

Com o progresso da acumulação do capital, a procura de trabalho é determinada pela parte do capital variável, que cai progressivamente com o aumento do capital global. Este aumento é necessário para acumular o capital global de forma acelerada em progresso crescente para poder absorver um número de trabalhadores adicionais, ou mesmo em virtude da metamorfose do capital primitivo.

Devido à rapidez de expansão da acumulação capitalista, sempre produzirá uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital.

Segundo MARX (1998, p. 732) “a classe trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção.”

Para Marx, paralelamente ao volume de força de trabalho empregado, há um exército industrial de reserva, ao qual os capitalistas recorrem nos momentos de intensa acumulação de capital, quando cresce consideravelmente a demanda por força de trabalho.

A acumulação capitalista sempre produz uma população considerada supérflua, isto é, aquela que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital. Porém esta população é um produto necessário da acumulação, pois se torna a alavanca²⁰ da acumulação capitalista.

²⁰ Com a cumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão repentina do capital. Sendo que, a massa de riqueza social que se torna trasbordante com o progresso da acumulação e pode ser transformada em capital adicional lança-se ao ramos de produção antigos cujo mercado se amplia repentinamente aos novos, como ferrovias etc. cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. Nesses, casos, grandes massas humanas tende estar disponível para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as.

O trabalhador assalariado, na medida em que produz riqueza para o dono dos meios de produção, cria a necessidade de dependências junto ao mesmo, para conseguir sobreviver. E na medida em que ajuda a aumentar a produtividade do trabalho, aumenta o capital constante em proporções maiores que o capital variável, e conseqüentemente o exército industrial de reserva. Então, acumular capital significa aumentar o exército de reserva.

Então, o desenvolvimento da classe capitalista, o progresso da acumulação, segue-se de um maior capital variável põem em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores, e substituindo forças de trabalho inferiores em relação às de níveis superiores.

A exploração da classe trabalhadora é notória, onde a mesma busca outros meios de sobrevivência e por fim acaba no exército industrial de reserva, através da concorrência imposta pelos capitalistas, sujeitando as exigências dos mesmos. O surgimento deste exército industrial de reserva forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual do capitalista e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social.

Nesse conjunto, os salários se regulam pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondente às mudanças das fases dos ciclos econômicos. O capital age em dois sentidos, se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, liberando-os, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho, tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores.

Em resumo, a acumulação de capital detém mecanismos que permitem manter a força de trabalho, de certa forma, ampliada, cooperando para não criar obstáculos ao processo de reprodução ampliada da acumulação de capital. No entanto, essa mudança na composição técnica do capital faz surgir a superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva, que é composto pelos desempregados e semi-empregados.

2.4 FORMAS DE EXISTÊNCIA DE UMA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA A GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

As formas de superpopulação relativa assumem periodicamente as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada. Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, o constante uso das máquinas e de novas técnicas de produção (aumento do capital constante) podem ser mobilizados com um dispêndio progressivamente menor de força de trabalho. Quanto maior a produtividade, maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego e mais precária a condição da própria venda da força de trabalho.

A superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, engloba todo o trabalhador desempregado ou parcialmente empregado. Conforme as fases alternadas do ciclo industrial (nos grandes centros industriais), os trabalhadores são às vezes repelidos e outros atraídos em quantidade maior, aumentando o número de empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção, assumindo uma superpopulação de forma flutuante.

Tanto nas fábricas quanto nas indústrias modernas, são empregados meninos e meninas em massa até atingirem a idade adulta. Um número muito reduzido continua neste ramo de atividade, a maioria acaba por ser despedida, e engrossam a fileira da superpopulação flutuante que aumentam ao crescer a indústria. Há um fato a ser considerado, é que os trabalhadores nas grandes indústrias, devido o consumo de sua força de trabalho pelo capital é tão intenso, que irá para as fileiras dos supérfluos mais cedo.

Quando a produção capitalista penetra na agricultura, diminui, á medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta. Ocorrendo então, a expulsão do trabalhador rural da propriedade agrícola, e estes emigram para os centros urbanos atrás de empregos, que acaba gerando uma população supérflua sempre latente.

À parte da população relativa estagnada, constitui parte de exército de trabalhadores em ação, com ocupações irregulares. Proporcionando ao capital força de trabalho inesgotável, pois o capitalista obtém duração máxima de trabalho e com baixos salários.

Esta superpopulação estagnada se amplia a medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos

E por último, temos a superpopulação relativa pauperismo, que são os indivíduos aptos para o trabalho, os órfãos, filhos indigentes, os aviltados e os indivíduos incapazes de trabalho. Imposta a divisão do trabalho, esta classe de superpopulação relativa, não tem capacidade de adaptação no mercado de trabalho, por exemplo, os indivíduos que ultrapassam a idade normal de trabalho, viúvas, os adejados pela indústria entre outros, cujo número dessa população aumenta com as máquinas perigosas, os trabalhos em minas, etc.

Em suma, observa-se quanto maior a produtividade maior a acumulação, maior a acumulação de riqueza e ao mesmo tempo acumulação do exército industrial de reserva.. Nas mesmas condições em que se produz riqueza, produz-se também miséria, nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da produtividade, desenvolve-se um cenário de condições que só geram riqueza para a burguesia.

CAPÍTULO III - TÉCNICA DE MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO

Frente às limitações impostas às análises sobre o mercado de trabalho brasileiro pelo uso dos conceitos mais tradicionais, o propósito do presente capítulo é descrever um breve histórico da pesquisa do DIEESE e, também, da pesquisa do IBGE, para um melhor conhecimento do assunto a ser tratado.

Dessa maneira, será explicitada a metodologia conforme os objetivos deste trabalho, bem como os principais conceitos utilizados.

Posteriormente, mostrar alguns fatos que contribuíram para o aumento do desemprego no Brasil nas regiões metropolitanas durante a década de 90.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO DIEESE

O objetivo primordial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, está relacionado com o estudo das condições de vida da classe trabalhadora. Verificou-se que em 1959, 1969 e 1970, o DIEESE realizou na região metropolitana de São Paulo, pesquisas de orçamentos familiares. Neste sentido, em 1981, 1982 e 1983, o DIEESE retorna para uma nova investigação visando a atualização da pauta de consumo para o cálculo mensal do custo de vida, residente na Região Metropolitana de São Paulo.

Conforme a Pesquisa do DIEESE (1984, p.5): “a presente publicação, primeira da Série Pesquisa, volta-se fundamentalmente para a questão do emprego/desemprego no período compreendido entre 1981 e 1983, com uma ênfase na metodologia e nos conceitos utilizados.”

O interesse desta pesquisa, segundo o DIEESE, levando em conta a situação do momento, foi devido à face do aumento do desempregado gerado a partir da política econômica recessiva.

Esta pesquisa domiciliar, fundada na realidade sócio-econômica contou com a colaboração de várias instituições, bem como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE e o Programa de Pesquisa Econômica – PNPE (IPEA).

3.1.1 Introdução

O DIEESE em função de informações sobre emprego/desemprego que retratam a realidade do ponto de vista do trabalhador, incluiu em seu levantamento de campo da Pesquisa de Padrão de Vida na Grande São Paulo, questionários específicos sobre a situação de ocupação e desemprego da população.

Esta questão do emprego/desemprego, constitui um problema metodológico, ou seja, ausência de uma maior experiência que não afeta apenas o DIEESE, mas todas as instituições de pesquisa do país.

Portanto, a pesquisa de emprego/desemprego, num país como o Brasil, constitui uma das tarefas mais complexas de investigação sócio-econômica, dadas as dificuldades para a sua mensuração. Podendo explicar este problema da seguinte forma: nos países em desenvolvimento, o mercado de trabalho configura-se de forma bem diversa, ou seja, entre o emprego e desemprego, uma parcela significativa da população desempregada não pode se dar ao luxo de esperar um emprego condizente com a sua formação profissional, por problemas oriundos da sua própria sobrevivência. Assim, em função da inexistência do seguro desemprego, estes trabalhadores desempregados, em face da ausência de rendimentos, acabam por serem empurrados para o exercício de qualquer ocupação que lhes possibilite alguma renda.

3.1.2 Metodologia e Conceitos Básicos

O enfoque metodológico adotado pelo DIEESE partiu da concepção desenvolvida pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe – PREALC, organismo especializado da Organização Internacional do trabalho - OIT que tem realizado desde o início dos anos 70 um trabalho de investigação sobre os problemas de emprego na América Latina.

A análise do problema do emprego e desemprego deve, necessariamente, levar em consideração as particularidades históricas de cada país, uma vez que a dinâmica de seu mercado de trabalho apresenta características específicas e diferenciadas segundo se trate de países já industrializados ou de países em desenvolvimento.

Neste sentido, o fenômeno principal da ocupação da mão-de-obra é a flutuação do emprego relacionado com as fases do ciclo econômico. Nos países subdesenvolvidos, em especial numa industrialização tardia como o Brasil, a esta dinâmica de emprego/desemprego, características das economias capitalistas, se soma uma outra situação de caráter permanente, derivada da incapacidade do setor industrial e atividades econômicas a ele vinculadas, de gerar oportunidades de emprego suficientes para absorver o alto crescimento da força de trabalho urbana nesses países.

Observa-se que com o decréscimo das oportunidades de emprego no setor mais avançados da economia ou mesmo extinção dos empregos existentes, encontra-se de um lado, a elevação da taxa de desemprego aberto e, de outro, a expansão do número de pessoas engajadas em ocupações precárias e até mesmo a retração da força de trabalho para a condição de inatividade. Esta é a situação dos indivíduos que acabam aceitando precocemente a inatividade em vista do desalento que os acaba dominando. Diante da impossibilidade de obterem qualquer tipo de ocupação, deixam de procurar trabalho.

O PREAC diante deste enfoque analítico sobre a dinâmica da geração de emprego na América Latina, vem adotando um novo corte em sua análise. É a identificação das normas da organização produtiva, onde se insere pessoal ocupado. Esta abordagem vem

permitindo verificar que a subutilização afeta sobretudo os ocupados do setor informal, os quais percebem uma remuneração insuficiente e flutuante.

Na presente pesquisa, o DIEESE, ressalta que o enfoque adotado no que se refere ao desempregado e demais situações ocupacionais possibilita uma ampla abertura conceitual, incluindo situações como a do clássico desemprego aberto, o trabalhador desalentado, o ocupado sub-remunerado, o assalariado, o autônomo, o inativo e outros.

Portanto, para medir o excedente de mão-de-obra não é fácil. Pois nem sempre todos os países incorporam, no mesmo grau, os conceitos e procedimentos estabelecidos internacionalmente pela OIT. Diante disto, o Brasil vem passando por problemas sobre a formulação das pesquisas, devidas transformações ocorridas internamente no mercado de trabalho. A partir do referido, analisaremos os conceitos utilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, para um melhor entendimento do assunto.

A PED classifica a População em Idade Ativa (PIA), e também em População Economicamente Ativa (PEA). A PIA inclui todas as pessoas aptas para o trabalho quanto à condição etária, fixando-se o limite inferior em 10 anos e sem delimitação do limite superior. Todos indivíduos aptos ao trabalho, podem ser classificados em três grupos: ocupados, desempregados e inativos. Já a PEA, compõem-se do conjunto de pessoas de 10 anos e mais classificadas como ocupados e desempregados, segundo os critérios abaixo.

Conforme a Pesquisa do DIEESE (1984, p.13), descreve-se abaixo a classificação de cada grupo:

Ocupados:

- Pessoas de 10 anos e mais que declaram haver trabalhado na semana anterior à entrevista. É considerado como trabalho, o exercício de uma atividade de qualquer natureza que gere algum rendimento, em termos monetários, de forma atual ou potencial;

- As pessoas que se declaram desempregados, posteriormente classificadas como ocupados por exercerem trabalho ocasional de forma regular e estarem procurando trabalho há mais de um ano;
- As pessoas que se declaram inativos, posteriormente classificados como ocupados por exercerem atividade remunerada regular e não terem procurado trabalho nos últimos três meses.

O grupo dos desempregados, refere-se a parcela da PIA que se acha involuntariamente desprovida de um trabalho remunerado permanente, por falta de oportunidade atuais de emprego e que compete de forma real ou potencial no mercado de trabalho. Desta forma, pode ou não ter algum tipo de trabalho ocasional para viver. Neste grupo foram incluídos os que se declaram inativos mas que desejariam um trabalho permanente ou que durasse grande parte do ano e que procuram trabalho ou negócio remunerado nos últimos três meses.

E por último são os grupos dos inativos, refere-se aos indivíduos não aptos para o trabalho e à parcela da PIA que não tem disponibilidade para um trabalho remunerado permanente ou ocasional exercido de forma regular. Sendo que estas pessoas não competem no mercado de trabalho.

Concretamente são as pessoas de 10 anos e mais que se declaram inativas, excluindo-se aquelas que procuram trabalho nos três meses anteriores (classificadas como desempregados) e as que desenvolvem um trabalho ocasional de forma regular (classificada como ocupados). Incluem-se também as pessoas que se declaram desempregadas, estando procurando trabalho ou negócio remunerado. Ao grupo de inativos agregam-se ainda os menores de 10 anos.

Veja também no anexo I, o organograma da distribuição da população por condição de atividade, do DIEESE.

3.1.3 Classificação da Situação Ocupacional Básica

As identificações das situações ocupacionais básicas (ocupado, desempregado e inativo), foram obtidas pelo DIEESE, através de uma autocaracterização do entrevistado.

Assim, além de uma reclassificação da situação ocupacional básica dos entrevistados, obteve-se uma diferenciação interna às mesmas utilizando-se as seguintes variáveis, que estão anexados a este trabalho (Anexo II).

3.2 BREVE HISTÓRICO DO IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem por objetivo fundamental o fornecimento de indicadores mensais de emprego e desemprego (PME), das características de mão-de-obra para avaliar as flutuações e acompanhar as tendências, a médio e em longo prazo, do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas pela pesquisa.

Devido ao custo da pesquisa mensal, limitou-se o planejamento da pesquisa somente nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal que, por concentrarem não só uma população elevada como também grande parte da atividade econômica do país, mereceram prioridade.

Implantada em janeiro de 1980 nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, a PME foi estendida às Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte em abril, e em junho do mesmo ano iniciado nas Regiões Metropolitanas Recife e Salvador.

A PME utilizou-se da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, no período de janeiro 1980 a janeiro 1982.

Após a realização do Censo demográfico de 1980, com a obtenção de informações atualizadas a dimensão da população a ser investigada, foram realizados estudos com vistas a reformulação da pesquisa tanto no plano amostral como parte conceitual da

investigação. Em Fevereiro de 1982 iniciou-se a implantação gradativa das reformulações, terminada em maio do mesmo ano.

Em 1988, motivados pela tentativa de solucionar problemas com a coleta da PME (aumento das taxas de não-entrevistas, sobrecarga da equipe de campo, desvio de supervisores para atividades de coleta, entre outros) e, descartando a solução de contratação de pessoal para as equipes de campo, decidiu-se criar uma comissão para estudar e propor uma redução da amostra da PME.

Esta Pesquisa do IBGE implantou *“uma nova amostra da PME ocorreu em agosto de 1988, assegurando a manutenção do desenho e aplicando-se uma redução de, aproximadamente, 30% no tamanho da amostra, com conseqüente perda de cerca de 20 % em precisão.”*

3.2.1 Metodologia e conceitos básicos

A importância de ser dados quantitativos sobre processo de trabalho se fez sentir com grande agudez nos últimos anos. Segundo o IBGE, verificou-se um aumento de estudos de casos e monografias sobre a organização do trabalho e processo de trabalho. Portanto, nota-se que houve um maior interesse pelo conhecimento sobre a prática e uso de metodologias diversas, quantitativas e qualitativas. Pois quando se trata de análise sobre o mercado de trabalho e emprego, que tem conseqüências negativas, ao mesmo tempo teóricas e práticas, iniciou-se uma maior investigação de diversos temas, associados a características demográficas, educacionais, habitacionais e mão-de-obra e rendimento do trabalho, buscando coletar dados estatísticos e que são fornecidos com uma maior previsão por pesquisas como: A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) ou o Censo Industrial, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

Partiu-se assim, da idéia de que, ao lado dos estudos de casos já existentes, se deveria dispor de dados quantitativos para auxiliar a elaboração de políticas públicas, como a

política industrial e tecnológica, a política de saúde ocupacional, ou a política educacional voltada para o trabalho.

Estes dados quantitativos estão baseados nas Pesquisas do IBGE, sendo uma delas a PME, se refere a uma pesquisa de periodicidade mensal sobre a mão-de-obra e rendimentos do trabalho.

A pesquisa segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho e objetiva produzir resultados que facilitem a análise de uma série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação internacional.

Os dados são obtidos de uma mostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, sendo que os dados referem-se a determinados períodos de tempo. (ver anexo III)

Assim, os procedimentos metodológicos visam separar os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalhar e os inativos). Conforme a Pesquisa do IBGE (1983, p.9-12), descreve-se abaixo a classificação de cada grupo:

Ocupados:

- Pessoas de 10 anos e mais que declaram haver trabalhado na semana anterior à entrevista. É considerado como trabalho, o exercício de uma atividade de qualquer natureza que gere algum rendimento, em termos monetários, de forma atual ou potencial;
- As pessoas que se declaram desempregados, posteriormente classificadas como ocupados por exercerem trabalho ocasional de forma regular e estarem procurando trabalho há mais de um ano;
- As pessoas que se declaram inativos, posteriormente classificados como ocupados por exercerem atividade remunerada regular e não terem procurado trabalho nos últimos três meses.

O grupo dos *desempregados*, refere-se a parcela da PIA (População em Idade Ativa), que se acha involuntariamente desprovida de um trabalho remunerado permanente, por falta de oportunidade atuais de emprego e que compete de forma real ou potencial no mercado de trabalho. Desta forma, pode ou não ter algum tipo de trabalho ocasional para viver. Neste grupo foram incluídos os que se declaram inativos mas que desejariam um trabalho permanente ou que durasse grande parte do ano e que procuram trabalho ou negócio remunerado nos últimos três meses.

E por último são os *grupos dos inativos*, refere-se aos indivíduos não aptos para o trabalho e à parcela da PIA que não disponibilidade para um trabalho remunerada permanente ou ocasional exercido de forma regular. Sendo que estas pessoas não competem no mercado de trabalho.

Concretamente são as pessoas de 10 anos e mais que se declaram inativas, excluindo-se aquelas que procuram trabalho nos três meses anteriores (classificadas como desempregados) e as que desenvolvem um trabalho ocasional de forma regular (classificada como ocupados). Incluem-se também as pessoas que se declaram desempregadas, estando procurando trabalho ou negócio remunerado. Ao grupo de inativos agregam-se ainda os menores de 10 anos.

3.3 PERFIL DO DESEMPREGO NO BRASIL E NAS REGIÕES METROPOLITANAS NA DÉCADA 90

Conforme apresentado as metodologias de mensuração dos órgãos, cabe conceituar o que é desemprego, para melhor entendimento sobre as informações estatísticas sistematizadas sobre a dimensão do desemprego aberto.

Cada nação possui um contingente de pessoas em condições de exercício de qualquer atividade por mínimo uma hora, conhecido por População Economicamente Ativa (PEA), englobando as pessoas ocupadas e desempregadas. Embora a PEA seja expressão do potencial de produção social, apenas uma parte dela, termina envolvida

diretamente pelas atividades de produção social, em conformidade com as necessidades e exigências do processo de acumulação do capital.

Assim, o segmento da PEA que supera as necessidades e exigências do processo de acumulação do capital conforma um conjunto de mão-de-obra excedente em cada país. Então, uma parte considerável mostra-se como desemprego aberto, e outra, representada como trabalho precário, autônomo entre outras formas de sobrevivência da população.

Em síntese, segundo POCHMANN,

o desemprego aberto, que corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral, indica o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas exigentes. O subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra por que envolvem os trabalhadores que fazem bico para sobreviver e também procuram por trabalho, assim como aqueles que deixam de buscar uma colocação por força de um mercado de trabalho extremamente desfavorável (desemprego oculto pelo trabalho precário). (POCHMANN, 2001, p. 78)

O mercado de trabalho brasileiro tem caracterizado-se, pela ampliação do desemprego nacional, conforme pode ser visualizado na Tabela 1, a taxa de desemprego aberto no Brasil aumentou de 4.28% para 7.68% , entre 1990 a 1999. Segundo Pockmann, passamos a viver um processo de desestruturação (mencionado adiante), com a presença cada vez maior da taxa de desemprego aberto.

TABELA 1. Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil (1990-1999)

Taxa % Desemprego Aberto no Brasil 1990-1999										
Período	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa %										
Brasil	4.28	4.83	5.97	5.32	5.06	4.64	5.47	5.66	7,60	7,68

Fonte: <http://www.ai.com.br/pessoal/indices>. 25/03/01

Os anos 90 foram marcados por mudanças substanciais no mercado de trabalho brasileiro. A recessão econômica do período 1990/92, a abertura comercial, o ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, o plano de estabilização econômica e a privatização repercutiram sobre a ocupação, a desocupação e o rendimento dos indivíduos.

Em 1986, o Brasil ocupava a décima terceira posição do ranking do desemprego mundial. Mas desde o início da década o desemprego ganhou maior dimensão, sendo a partir de 1994, foi responsável pelo estabelecimento do país entre os quatro países do mundo com maior número de trabalhadores sem ocupação. Em 1999, o Brasil assumiu a terceira posição no ranking mundial do desemprego 7,621 milhões de pessoas sem trabalho, segundo Pockmann.

Desde 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e a procura de um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo, na realidade, com qualquer outro período do século XX. Nota-se além de um montante de pessoas desempregadas, a alteração na composição do desemprego, que atinge todos os segmentos específicos da sociedade para generalizar por quase toda a população ativa.

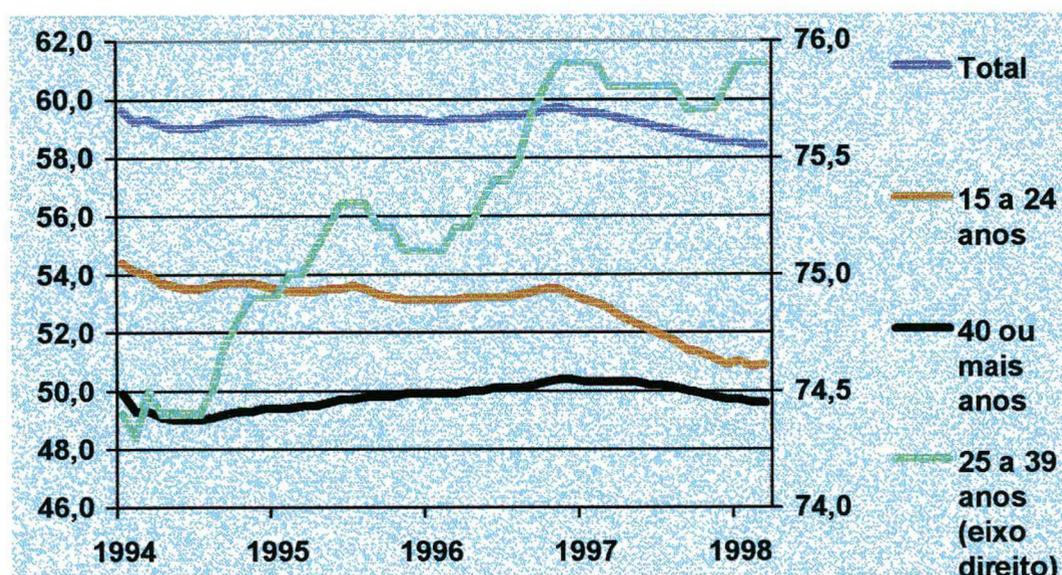
Apesar das diferenças metodológicas utilizadas na apuração dos trabalhadores sem ocupação percebe-se que as várias taxas de desemprego existentes no país, muito superiores às registradas no final dos anos 80.

Observa-se que as condições de sem-emprego atingem os mais períodos diversas segmentos da força de trabalho, bem ao contrário do que se verifica nos períodos anteriores, quando o desemprego se referia fundamentalmente ao trabalhador de baixa escolaridade e sem experiência. Mas, isso não significa que o fenômeno do desemprego atinja de forma homogênea a totalidade da força de trabalho. Quando se observa a composição dos desempregados no Brasil, nota-se presença de segmentos sociais mais frágeis no interior da força de trabalho, que tradicionalmente estão sob o maior risco do desemprego.

²¹ Segundo dados da PNAD do IBGE

Desde 1994, houve uma queda substancial da oferta de trabalho entre os membros mais jovens das famílias, pessoas entre 15 e 24 anos de idade. Como se vê no Gráfico 1, a taxa de participação²² nesta faixa etária caiu de 54% para 51% da população entre 1994 e 1998. Por sua vez, são as pessoas com idade intermediária, entre 25 e 39 anos, no auge de sua capacidade de trabalho, que têm aumentado sua participação no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1 : Taxa de participação total e por faixa etária, Brasil metropolitano (%)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), IBGE, 1998

Ou seja, há uma substituição de trabalhadores mais jovens por trabalhadores mais maduros. Há duas explicações para esta mudança de padrão:

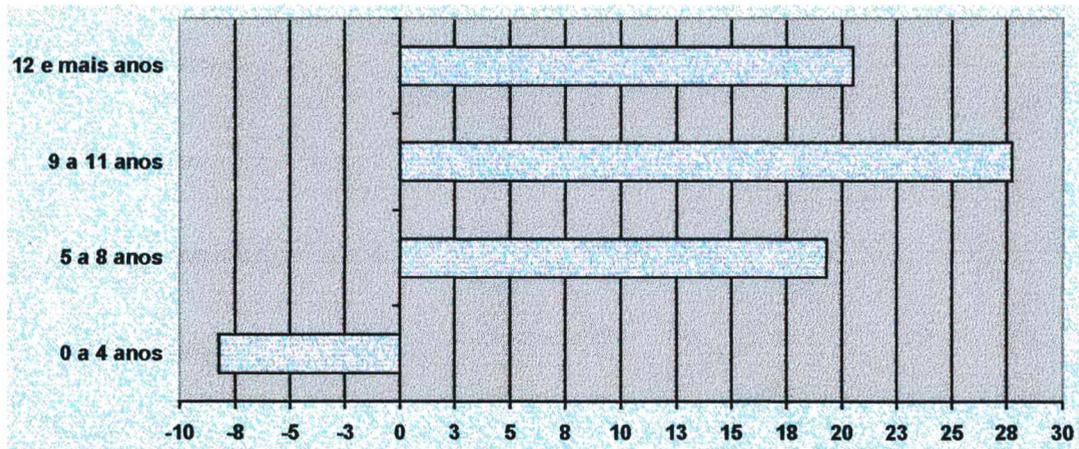
Primeiro, a atratividade do mercado para as pessoas entre 25 e 39 anos está aumentando. Isto porque tem crescido a exigência das empresas por trabalhadores mais experientes e mais qualificados, justamente o que oferecem os jovens maduros. Significa aumento da renda destes trabalhadores, o que atrai este grupo para o mercado.

²² Taxa de Participação - mede a proporção da população que está efetivamente ofertando seu trabalho na economia. Esta taxa reflete a "atratividade" do mercado em relação a outras alternativas. Por exemplo, o jovem pode preferir ficar mais tempo na escola ao invés de entrar no mercado de trabalho mais cedo; ou a família pode incentivar seus filhos a procurar trabalho como forma de aumentar a renda familiar.

Segundo, os mais jovens estão postergando sua entrada no mercado de trabalho. Essa situação ocorre, provavelmente, porque esses mais jovens preferem ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado. Porque as empresas cada vez mais estão exigindo mão-de-obra qualificada.

Dentro do contexto, estão sendo gerados mais empregos para os trabalhadores com mais anos de estudo. Como se vê no Gráfico 2, o emprego dos trabalhadores com menos de cinco anos de estudos caíram 8% entre 1992 e 96. Já o emprego de trabalhadores com cinco a oito anos de estudos cresceu quase 20%, enquanto o emprego do grupo de 9 a 11 anos cresceu 28%. Vê-se, portanto, que por trás do crescimento de 8% do emprego médio total, esconde-se um crescimento muito significativo do emprego de trabalhadores com níveis mediano e alto de instrução.

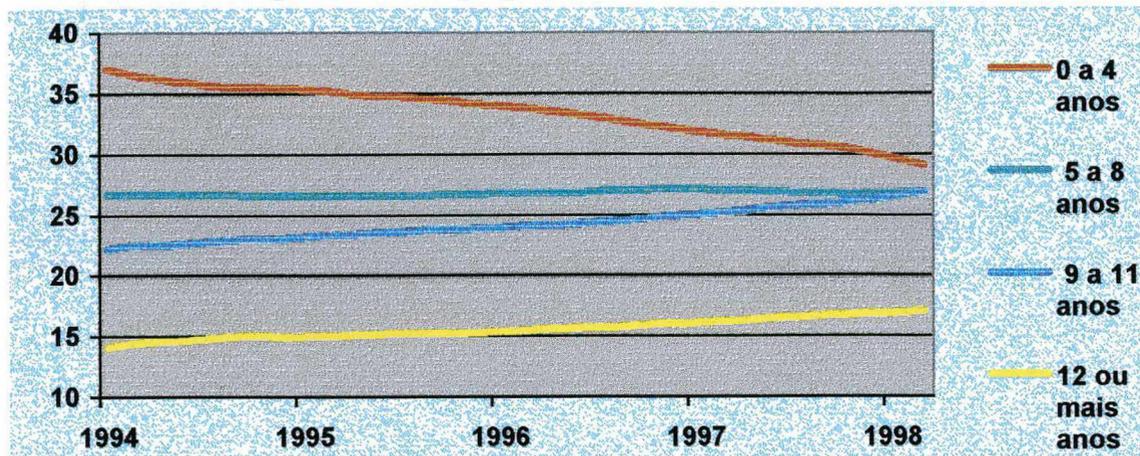
GRÁFICO 2. Taxa de crescimento do emprego por escolaridade, 1992-96 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), IBGE, 1996

Ainda em relação à escolaridade, o Gráfico 3 mostra que, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, o volume de empregos para os trabalhadores entre 0 e 4 anos de estudos caiu de 37% do total em 1994 para 29% do total em 1998. Ao mesmo tempo, foram os empregos que ocupavam trabalhadores entre 9 e 11 anos de estudos os que mais aumentaram sua participação, passando de 22,2% para 26,9% do total de empregos existentes no final do período.

GRÁFICO 3: Composição do emprego por escolaridade, Brasil metropolitano (%)

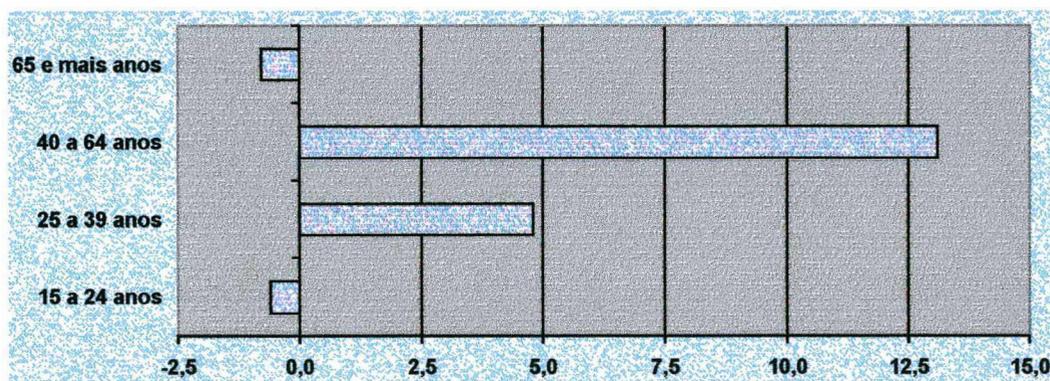


Fonte: PME-IBGE, 1998

Nota-se, portanto, uma melhora significativa no perfil educacional dos trabalhadores ocupados. Esta mudança reflete, simultaneamente, a melhora no padrão de educação da força de trabalho e a exigência das empresas por trabalhadores mais qualificados.

No que diz respeito à idade do trabalhador, temos visto uma pequena redução do emprego dos jovens (entre 15 e 24 anos) e dos adultos com mais de 65 anos, como mostra o Gráfico 4. Em compensação o emprego dos trabalhadores com 40 a 64 anos cresceu 13%. Ou seja, o número de vagas para os trabalhadores para quem o emprego é mais crítico - aqueles que são chefes de família e têm mais experiência - cresceu duas vezes mais que a média do emprego total.

GRÁFICO 4: Taxa de crescimento do emprego por faixa etária, 1992-96 (%)



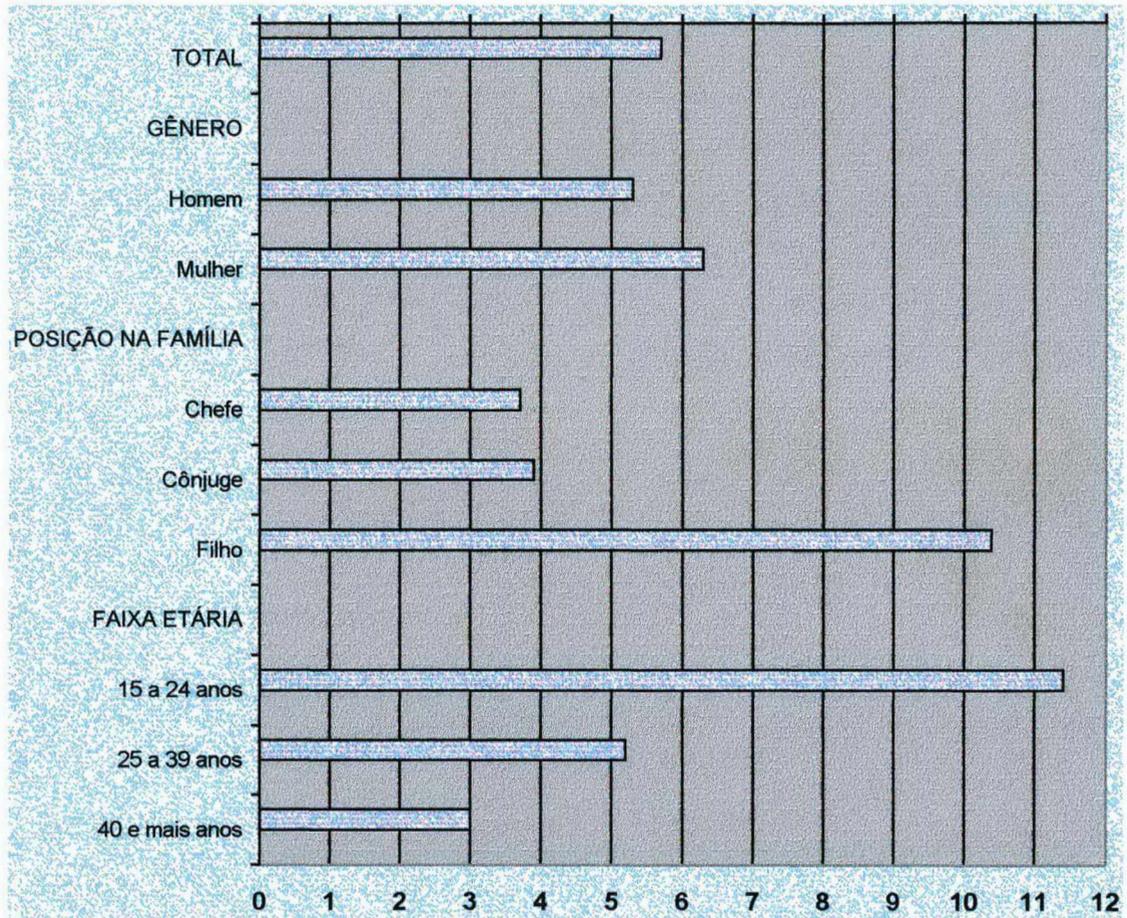
Fonte: PNAD-IBGE, 1996

Analisando as distintas situações de inserção da População em Idade Ativa (PIA) pessoas de 10 anos e mais = PEA (população economicamente ativa = ocupados + desempregados) + inativos (pessoas de 10 anos e mais que não estão ocupados ou desempregadas), segundo as categorias ocupacionais e de desemprego, os novos problemas do mercado de trabalho emergem das profundas transformações em curso na economia nacional. Desde o início dos anos 90, com a implementação de um novo modelo econômico para o país (inserção externa competitiva), tornou-se mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho.

Por desestruturação do mercado de trabalho entende-se o movimento combinado de expansão das taxas de desemprego aberto (pessoas que procuram trabalho nos 30 dias e não trabalham nos 7 dias anteriores da entrevista), de desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) e de geração insuficiente e, maioria das vezes, de postos de trabalhos precários. Esse movimento repercute desfavoravelmente em todos os segmentos da força de trabalho, especialmente os mais frágeis, como jovem, mulheres e idosos.

Como se vê no Gráfico 5, constatamos que a taxa de desemprego é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens. É mais alta, também, entre os filhos do que entre os chefes de família e os cônjuges. Em 1997, a taxa de desemprego dos chefes de família foi menor do que 4%; entre os filhos, superou os 10%.

GRÁFICO 5: Taxa de Desemprego Média, 1997, Brasil Metropolitano (%)



Fonte: PME-IBGE, 1997

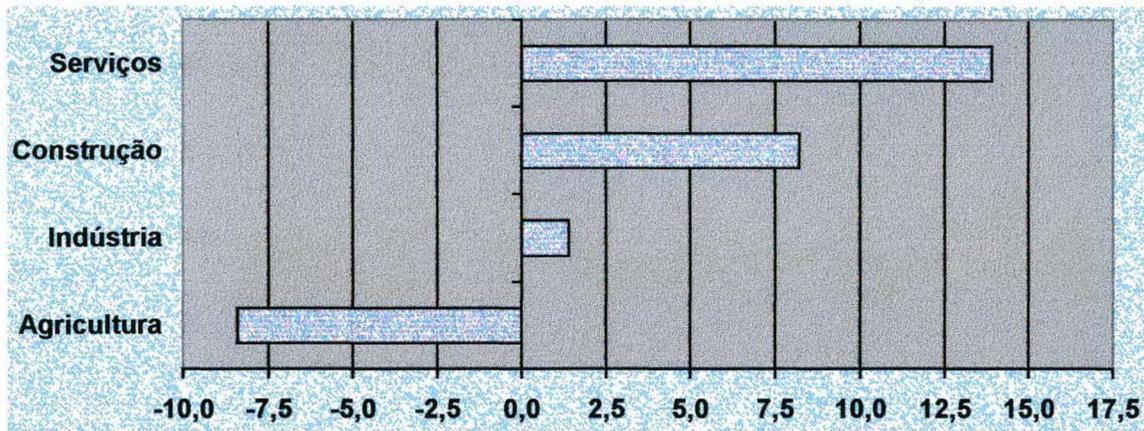
Da mesma forma, a taxa de desemprego dos trabalhadores com mais de 40 anos de idade foi de 3%, enquanto a taxa de desemprego dos jovens atingiu mais de 11%. Portanto, os chefes de família, cuja participação na renda familiar é maior que a dos demais membros, têm até agora sofrido menos com o desemprego.

Segundo, tem o aumento relativo do emprego no setor de serviços, em detrimento do emprego na indústria. Como o setor de serviços é mais propenso a gerar empregos informais, este fato, por si só, tende a aumentar a informalidade no mercado de trabalho.

Quanto à distribuição das vagas por setor da economia, vemos baixo crescimento do emprego industrial e redução do emprego na agricultura entre 1992 e 1996, como mostra o Gráfico 6. Em compensação, os setores em que houve maior geração de empregos nestes

anos foram o setor de serviços (14% de crescimento) e o de construção civil (8% de crescimento).

GRÁFICO 6: Taxa de crescimento do emprego por setor da economia, 1992-96 (%)



Fonte: PNAD-IBGE, 1996

Na verdade, há enormes transformações na composição do emprego industrial e, assim como em algumas áreas o emprego tem caído muito, há outras com importante criação líquida de postos de trabalho. Nos principais centros industriais do país (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), tem-se assistido a um rápido deslocamento do emprego industrial para fora das regiões metropolitanas, conforme o Ministério do Trabalho.

Embora as regiões metropolitanas mais desenvolvidas estejam perdendo dinamismo industrial, as regiões do interior vêm ganhando um importante indutor de crescimento econômico com a incorporação cada vez maior de atividade industrial. Os dados mostram também que o problema do emprego industrial é muito mais grave nas regiões metropolitanas do que no resto do país.

O avanço da tecnologia é apontado como o principal motivo da eliminação de postos de trabalho na indústria. As novas tecnologias de informática e de comunicação provocaram o desaparecimento de várias categorias de ocupação. O setor de serviços que absorvia a mão-de-obra liberada na indústria também está sendo invadido por novas tecnologias e, por isso, não consegue gerar postos de trabalho em quantidade suficientes

para impedir o crescimento do desemprego. O argumento é de que as organizações, em busca de maior competitividade, fizeram a reestruturação administrativa e introduziram novas técnicas de racionalização do trabalho que geraram maior produtividade, maiores lucros e mais desemprego. O trabalho autônomo expandiu-se enormemente nos anos 90, quando comparado à década anterior. Houve também, mudanças no sentido do trabalho ilegal (sem carteira de trabalho assinada) e informal (trabalho autônomo ou por conta própria), mais representativos nos setores da construção civil, do comércio e de serviços.

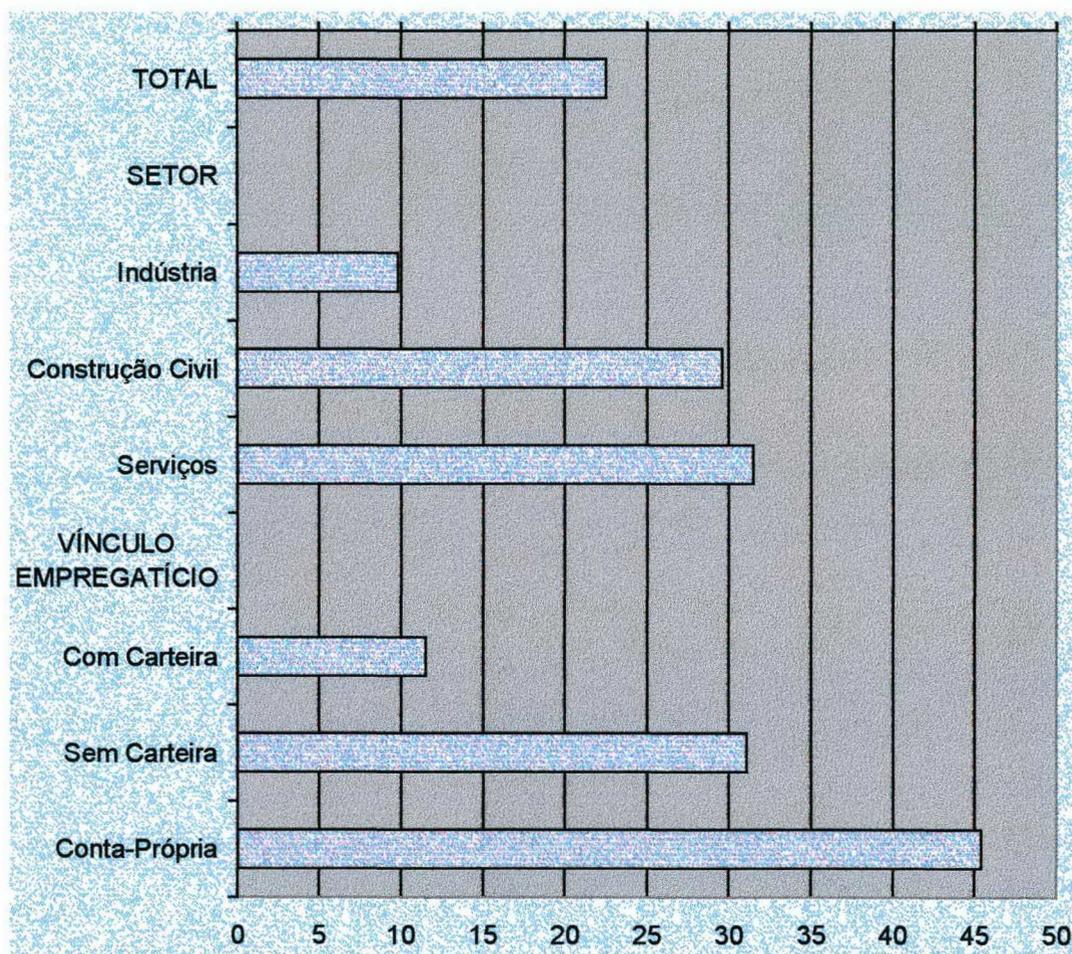
Em geral, o crescimento da informalidade é visto como prova inequívoca de precarização²³ do trabalho. É verdade que a perda da carteira assinada pode ser vista como um sinal de precarização. Mas há um dado, muito concreto, que ajuda a medir o bem-estar do trabalhador e, portanto, pode ser visto como um sinal de maior ou menor precariedade. Trata-se de sua renda. Não obstante o crescimento da participação de trabalhadores sem carteira assinada e autônomos, foram exatamente estes dois grupos de trabalhadores os que, de longe, tiveram maior ganho de renda desde 1993.

É o que mostra o Gráfico 7. Enquanto os trabalhadores com carteira assinada tiveram um aumento real de renda da ordem de 11% entre 1993 e 1997, os trabalhadores sem carteira assinada tiveram ganho de 30%, e os autônomos o extraordinário ganho de 45%.

Por sua vez, entre 1993 e 1997 o rendimento real dos trabalhadores na indústria cresceu 10%, e o dos trabalhadores na construção civil e no setor de serviços, onde se concentram os trabalhadores com renda menor, cresceu quase 30%.

²³ Precarização do trabalho - Significa, de maneira geral, uma piora nas condições de trabalho e de vida do trabalhador.

GRÁFICO 7. Variação do rendimento médio real, 1993-97 (%)



Fonte: PME-IBGE,1997

Não podemos ignorar que a informalidade vem crescendo no mercado de trabalho brasileiro. Mas é preciso ressaltar que os ganhos de renda do trabalhador cujo trabalho é considerado precário, por ser informal, também têm sido substanciais nos últimos anos.

Apesar da crescente modernização da economia brasileira, o setor agrícola ainda emprega um número considerável de pessoas. São cerca de 4,5 milhões de trabalhadores, o que corresponde a aproximadamente 7% da População Economicamente Ativa. Os maiores contingentes de trabalhadores rurais encontram-se nas regiões Sudeste e Nordeste – respectivamente, 39% e 36% do total.

Os trabalhadores com carteira assinada correspondem a apenas 29% do emprego total na agricultura, o que atesta o alto grau de informalidade nesse setor. No Nordeste, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura com carteira assinada é de apenas 17%.

A partir de 1996, houve uma leve tendência de queda na quantidade de postos de trabalhos formais. Naquele ano, houve uma redução de 1,6% em relação ao ano anterior; em 1997, a diminuição foi de 0,45%.

Quanto à caracterização por idade no setor formal, é notória a ausência de concentração em qualquer faixa específica: o maior contingente, formado por trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos, corresponde a apenas 8,6% do total. A participação de trabalhadores infanto-juvenis é pequena – apenas 0,3% estão na faixa etária de 10 a 14 anos, enquanto que 4,1% têm entre 15 e 17 anos.

É digno de nota que a remuneração média dos trabalhadores rurais formalizados atinge 2,5 salários mínimos. Há uma clara segmentação salarial por idade: os de melhor remuneração, que são aqueles situados na faixa de 40 a 49 anos, têm renda média de 3,4 salários mínimos. Já aqueles com idade entre 10 e 24 anos têm rendimento médio de 1,8 salário mínimo.

O nível de escolaridade dos trabalhadores formalizados desse setor situa-se abaixo da média dos trabalhadores brasileiros. Apenas 72,2% deles chega a ter 4 anos de estudo; somente 2,4% superam os 11 anos de estudo. Mais preocupante ainda é o fato de que a segmentação salarial por escolaridade é significativa: enquanto os trabalhadores rurais analfabetos recebem em média 1,5 salário mínimo, aqueles com curso superior completo têm rendimento médio de 14,3 salários mínimos.

No início dos anos 90 com a recessão e mais empresas (supostamente pequenas ou porte médio) tornaram-se informais para escapar do pagamento não só dos salários indiretos, mas também dos impostos. Além disso, uma nova tendência, a *terceirização*, que implica a substituição de empregados permanentes (na maioria formalizados) por fornecedores autônomos de serviços. Tanto as crescentes informalização quanto a terceirização são tendências mundiais e resultam do consistente processo de abertura das

economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informatização. Como consequência o emprego formal no Brasil começou a encolher enquanto o emprego informal e o trabalho autônomo aceleram o ritmo de seu crescimento.

Portanto, no mercado de trabalho capitalista, frente a concorrência entre as empresas obriga-as a reduzir custos e, portanto, a aumentar ao máximo a produtividade do trabalho, o que implica reduzir também ao máximo a compra de força de trabalho. Os desempregados, que segundo Marx, são denominados de exército industrial de reserva, desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: elas evitam que os salários subam.

O exército industrial de reserva (hoje mais terciário do que industrial), se decompõe dos que estão procurando e solicitando emprego, que representa uma proporção limitada da população economicamente ativa, no Brasil, onde o seguro-desemprego ainda é um privilégio de poucos, esta proporção dificilmente passa de 5%.

Mas, ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva. São os pobres, os socialmente excluídos, que sustentam por meio de ocupações Precárias (os que já vivem de bicos, do comércio ambulante, trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados). Estes pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia, tão logo este expanda suas compras de capacidade de produzir.

Segundo SINGER (1998, p. 14), *“emprego assalariado é um tipo de ocupação – nos países capitalistas o mais freqüente, mas não o único.”* Para Singer, o modo de vender sua capacidade de produção ao capital, não é única. Pois existem múltiplas formas de atividade autônoma que, na realidade, estão crescendo no Brasil, na medida mesmo em que o capital contém seu ritmo de acumulação e tendencialmente reduz o volume de força de trabalho que emprega.

O fundamental, do ponto de vista do desemprego e da exclusão social, que muitas atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos,

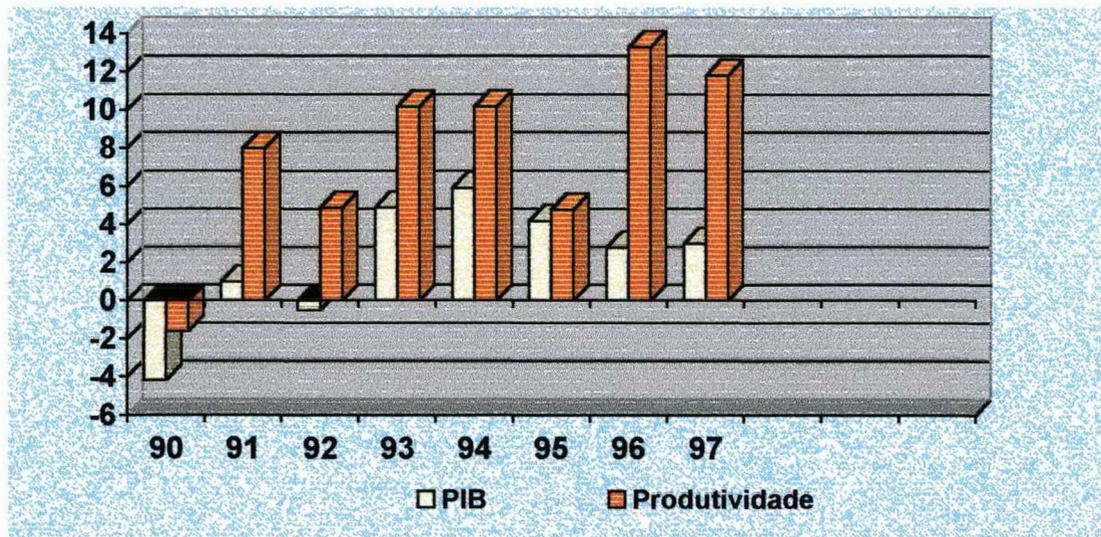
cooperativas de produção etc., o que transforma um certo número de postos de trabalho de “empregos” formais em ocupações que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais e de carregar os custos correspondentes. Portanto, verifica-se que no processo de trabalho e, com toda certeza, expulsa do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas. É neste tipo de tarefas que as máquinas eletrônicas se mostra superior ao homem, tanto em termos de eficiência quanto de custos. Ao mesmo tempo, as aplicações da microeletrônica criam novos postos de trabalho, provavelmente em menor número, dos quais uma parte requer qualificação elevada (programadores, por exemplo) e outra requerem apenas práticas (digitadores, por exemplo).

Neste sentido, verifica-se que desde inícios dos anos noventa, tem aumentado o grau de informalidade do mercado de trabalho no Brasil. Primeiro, as novas formas de produção e de relações de trabalho tendem a aumentar o número de trabalhadores autônomos, através do processo de terceirização. Várias atividades antes executadas dentro das empresas passaram a ser encomendadas fora delas, reduzindo o número de trabalhadores diretamente empregados como assalariados.

Evidentemente, são múltiplas as causas da informalidade no Brasil, passando inclusive pelos incentivos gerados pelo sistema de Seguridade Social, a legislação trabalhista e as peculiaridades das micro e pequenas empresas que concentram um grande número de trabalhadores informais.

Entre 1990 e 1992, nossa economia cresceu a taxas muito baixas, às vezes negativas, como se vê no Gráfico 8. De lá para cá, a taxa de crescimento é mais ou menos o dobro da verificada naquele período. Ou seja, comparando os dois períodos, o dinamismo tem crescido.

GRÁFICO 8: Crescimento do PIB e da produtividade do trabalho na indústria, 1990-97(%)



Fonte: IBGE, 1997

Daí porque o diagnóstico da falta de dinamismo ser parcial. Na verdade, se o emprego cresceu menos no período recente, a causa está em que a produtividade do trabalho vem crescendo mais rápida do que o PIB.

Na década de 80, a produtividade do trabalho manteve-se praticamente estagnada. Na década de 90, vemos um vigoroso crescimento da produtividade. Portanto, não é que a economia tenha perdido dinamismo; a produtividade é que vem crescendo mais que a economia.

Assim, o problema da geração de postos de trabalho não está na falta de dinamismo da economia, mas sim em fatores ligados a estrutura e a dinâmica da economia. Estes, portanto, precisam ser devidamente analisados e tratados para que esta pequena geração de postos de trabalho não acabe se transformando em maior desemprego estrutural no futuro.

Em primeiro lugar, a baixa geração de novas vagas está associada ao rápido crescimento da produtividade do trabalho. Não há dúvida quanto a este fator, é o que evidenciam claramente as informações disponíveis sobre ganhos de produtividade na economia brasileira. Até o momento, esses ganhos foram mais importantes no setor industrial que no setor de serviços, mas começam a se espalhar por todos os setores da

economia, em especial com a introdução de novas tecnologias, principalmente no setor terciário.

Por um lado, esses ganhos de produtividade deprimem a taxa de geração de postos de trabalho para uma dada taxa de crescimento da economia. Por outro, permitem produzir bens de melhor qualidade, utilizando menos esforço por parte dos trabalhadores empregados e menos recursos em geral. Isso significa redução de custos de produção e, portanto, redução dos preços dos produtos, com a incorporação de uma grande quantidade de consumidores ao mercado, como temos observado nos últimos três anos.

Sabendo-se que, embora as inovações tecnológicas e os ganhos de produtividade sejam desejáveis para a sociedade como um todo, eles podem ter um impacto distributivo perturbadores. A experiência internacional tem mostrado que, em geral, essas mudanças valorizam os trabalhadores relativamente mais qualificados, em detrimento dos menos qualificados.

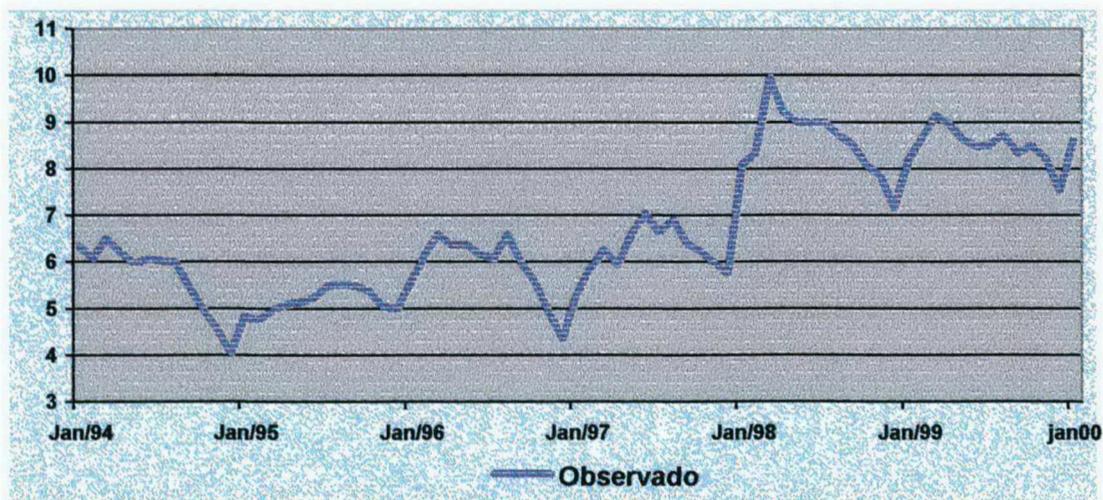
Esse viés acaba beneficiando os trabalhadores com renda relativamente mais elevada, podendo gerar uma piora na distribuição de renda. Daí ser fundamental investir na qualificação da mão-de-obra, de forma a oferecer aos grupos mais pobres a possibilidade de acesso às novas tecnologias.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PME (1999) – REGIÃO METROPOLITANA

Ao visualizar o gráfico 9, observa-se que teve queda da taxa de desemprego de 1,2 (%), o que representa um número maior de pessoas ocupadas. Este reaquecimento do mercado de trabalho entre 1998 e 1999, deve-se, em grande medida a fatores de natureza sazonal, vista que o mesmo comportamento da demanda de trabalho observado anos anteriores pela PME (IBGE). E também no corrente ano de 1999, manifestou-se o maior nível de ocupação detectado pela PME desde novembro de 1996. Alguns são os pontos merecedores de destaque:

- Na corte por setor de atividade, o comércio liderou a expansão no último mês, com a criação líquida de 40 mil empregos. A construção civil veio a seguir (mais de 15 mil), enquanto a indústria de transformação colaborou com cerca de 3 mil postos de trabalhos. O setor de serviços teve seu nível de ocupação diminuído em torno de 6 mil trabalhadores;
- De acordo com a forma de inserção no mercado de trabalho, a recente expansão foi bastante desbalanceada, na medida em que o assalariamento sem carteira foi a única categoria a crescer, havendo um aumento de 109 mil trabalhadores nesta condição;
- Segundo a desagregação por gênero, o último mês foi aos homens, que obtiveram 65 mil novos empregos, contra apenas 2 mil obtidos pelas mulheres;
- Por último, a alteração mais importante na composição diz respeito à escolaridade da força de trabalho ocupada. De Setembro para outubro os trabalhadores com instrução intermediária foram beneficiadas (com mais de 8 anos de estudos) apoderando-se de quase 500 mil novos empregos em termos líquidos, na medida em que experimentaram um aumento de 99 mil empregos, enquanto tanto os bem poucos escolarizados quanto aqueles com instrução superior perderam postos de trabalhos em termos absolutos.

GRÁFICO 9: Média das Seis Regiões Metropolitana Evolução da Taxa de desemprego Aberto - 30 dias (percentual) Média Anual 1990-1999



Fonte: PME-IBGE, 1999

Conforme visto a taxa de participação no mercado vem apresentando acentuado crescimento nos últimos meses (1999). Mas contudo observa-se no gráfico 9, à elevação das taxas de desemprego em patamares pequenos, sendo vários os fatores a determinar o aumento da taxa de desemprego. Além dos relacionados aos ganhos de produtividade, deve-se destacar o efeito das medidas de caráter macroeconômico adotadas como resposta aos problemas internacionais.

Um segundo fator importante é de caráter sazonal. O desemprego sempre aumenta no início do ano. Primeiro, porque a demanda por bens e serviços na economia é menor neste período do que no final do ano. Segundo, porque é neste período que a oferta de trabalho tende a aumentar mais rapidamente.

Do ponto de vista das políticas públicas, é importante destacar que nem todos os grupos sociais sofrem igualmente com o desemprego. Evidentemente, são múltiplas as causas da informalidade no Brasil, passando inclusive pelos incentivos gerados pelo sistema de Seguridade Social, a legislação trabalhista e as peculiaridades das micro e pequenas empresas que concentram um grande número de trabalhadores informais. O aprofundamento das discussões sobre as causas da informalidade deve estar no centro de nossas atenções.

O propósito deste capítulo, foi demonstrar a evolução da taxa do desemprego aberto no Brasil e nas regiões metropolitanas. E também, alguns fatores que levaram ao aumento da taxa de desemprego. O contexto do aumento do desemprego nesta seção, está diretamente relacionado com o problema do exercito de reserva industrial, que foi abordado no segundo capítulo e a seguir na conclusão.

CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

4.1 CONCLUSÃO

Diante do retratado, no capítulo II, sobre a obra “O Capital”, o instrumento de estudo foi à composição orgânica do capital e a modificação que ele experimenta no processo de acumulação. A acumulação capitalista, ao assegurar sua reprodução, aprofunda as relações capitalistas de dominação, criando novos mecanismos de exploração da força de trabalho, de forma a prolongar as relações de dependência dos trabalhadores para com o capital.

É neste contexto que o capítulo II procura verificar a concretização da acumulação capitalista, aplicando a classe trabalhadora, possuidora da força de trabalho, tornando-se alavanca de acumulação.

O processo de produção capitalista expõe problemas de relações básicas da economia. Através da chamada “composição orgânica do capital”, ou seja, a relação capital constante e capital variável, fundamenta-se no desenvolvimento da economia.

Em meio ao contexto, há dois problemas inseridos no processo produtivo. Um trata do capital variável (valor da força de trabalho) e outro do capital constante (valor dos meios de produção).

A classe trabalhadora vende sua força de trabalho pelo seu valor, no entanto, o valor que o trabalhador produz é maior do que o valor que o mesmo possui, ou seja, é um valor a mais apropriado pelo capitalista de forma gratuita.

No capital constante, o problema está dentro do processo produtivo, ligado à escolha de investimento a ser utilizado pelo capitalista. Com o crescimento do capital constante, o capital variável vai reduzindo-se conforme a necessidade da introdução de máquinas na produção. Conseqüentemente a redução de empregos, que leva à população buscar trabalho

em atividades ocasionais, que nem sempre condizentes com as suas formações profissionais.

O capital produz mais-valia relativa ou mais-valia absoluta, que se agrega ao capital original para novamente produzir ou gerar mais-valia, que significa acumular capital. Esta escala de acumulação pode ser ampliada quando surge, por exemplo, novos mercados e esferas de aplicação do capital. Estes fatores podem fazer com que as necessidades de acumulação do capital ultrapassem o crescimento da força de trabalho.

A reprodução ampliada é que permite a chamada “acumulação”, pois uma vez obtida determinada mais-valia, o capitalista separa uma parte do montante necessário para pagar o desgaste do capital constante e outra parte para a reprodução da força de trabalho. Mas, dessa divisão ainda resta um excedente que, por sua vez, é o fator de todo o desenvolvimento de uma economia capitalista. Contudo, esse excedente compreende a maior duração de tempo de trabalho, por outro lado, leva a exploração da força de trabalho.

Neste sentido, o mercado de trabalho capitalista, frente a concorrência entre as empresas obriga-as a reduzir custos e, portanto, a aumentar ao máximo a produtividade do trabalho, o que implica reduzir a compra de força de trabalho. Este nível de produtividade, numa sociedade capitalista é expresso pela amplitude dos meios de produção e o tempo de trabalho despendido que o trabalhador utiliza para produzir um objeto. A condição de produtividade crescente do trabalho incrementam o processo de “transformação” o objeto em relação a força de trabalho incorporado, com a meta de expandir o capital. Afinal, a classe trabalhadora incorpora-se ao capital com o princípio de expandi-lo. Conseqüentemente, alterada a composição técnica, ocorre agora, um decréscimo da quantidade de trabalho no que tange os meios de produção. Disso resulta um aumento do capital constante em relação ao capital variável.

É preciso salientar que ocorre uma alteração conceitual importante – o novo desenvolvimento do capitalismo mundial impõe um novo sentido à categoria de população trabalhadora "excedente". Diz MARX: ...a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua

relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (Marx, 1983: 731)

Diante de tal fato, a tentativa de medir o excedente de mão-de-obra não é tarefa fácil. Tanto o IBGE como o DIEESE, vem colaborando com suas metodologias (PME-IBGE e PED-DIEESE) para medir o excedente de mão-de-obra através de conceitos e procedimentos da OIT, com o propósito de construir indicadores adequados à situação nacional. Mas tais procedimentos da OIT não são adotados no mesmo grau, portanto ocorre restrição metodológica e conceitual, bem como, diferenças na apuração geográfica e temporal do desemprego realizada em âmbito nacional, regional, municipal ou metropolitano como informações produzidas com periodicidade anual, trimestral e mensal. Apesar disso, várias instituições como OIT, OCDE e Eurostat, estão tentando padronizar as metodologias e conceituar as pesquisas sobre emprego e desemprego para alcançar informações mais precisas e menos divergentes entre si em todas as nações.

Atualmente, o excedente ou exército industrial de reserva (hoje mais terciário do que industrial), se decompõem dos que estão procurando e solicitando emprego, que representa uma proporção limitada da população economicamente ativa, no Brasil. Mas, ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva. São os pobres, os socialmente excluídos, que sustentam por meio de ocupações precárias (os que já vivem de bicos, do comércio ambulante, trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados).

Desta forma, os trabalhadores são acuados por este sistema capitalista, num mercado de trabalho sem garantias legais e com baixa remuneração, sendo a única forma de enfrentar a situação de desemprego. Assim, entre os dois pólos - população ocupada e população desempregada - avoluma-se o contingente de subempregados ou sub-remunerados.

Em suma, o ser humano é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos. A acumulação constitui-se de modo que o nível de crescimento de uma economia depende de quanto à mais-valia se reproduz.

Os capitais adicionais responsáveis pelo financiamento das novas inovações, estão vinculados ao capital velho, como explica Marx "... o capital velho chega, com o tempo, ao momento de renovar-se, de mudar de pele e de renascer com feição técnica aperfeiçoada, que reduz a quantidade de trabalho e põe em movimento... (idem, p. 731).

Certamente, esta redução de quantidade de trabalho, expulsara mais uma parcela de trabalhadores, ou seja, o aumento do capital constante á custa do capital variável. De acordo, este excedente de mão-de-obra, representam ao mesmo tempo à alavanca da acumulação e também, o aumento das fileiras do exercito de reserva, os quais se caracterizam pela submissão á dominação do capital.

Em geral os economistas têm como principal preocupação, questões como estabilização da moeda e controle da inflação, e acabam não dando a devida atenção à problemas concretos como desemprego e má distribuição de renda. Seja qual for o motivo: a famigerada globalização, a mecanização da agricultura e o conseqüente êxodo para o meio urbano, a crescente automatização das indústrias ou qualquer outro: o fato é que vivemos uma crise mundial de emprego e pouco se tem feito de concreto para corrigir esse problema. O fato é que o desemprego vem aumentando ao longo dos anos 90, impulsionada basicamente pelos problemas sociais que sempre tivemos e agravada mais recentemente por outros fatores como a globalização e a automação.

4.2 RECOMENDAÇÃO

É necessário ressaltar que, devido o enfoque do trabalho, no capítulo III, o item 3.3, sobre a evolução da taxa de desemprego, é sugestivo a continuação de futuros trabalhos acadêmicos, referente a evolução do desemprego mundial, quais países são atingidos profundamente pela Lei Geral da Acumulação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOS ECONÔMICOS. **Pesquisa Dieese: Emprego e Desemprego na Grande São Paulo**. São Paulo : 1984. p.43.

HOFFMANN, Marise; BRANDÃO, Sandra. **Medição de Emprego : recomendações da OIT e práticas nacionais**. São Paulo : Unicamp, 1996. Cadernos do CEISET, n.22. p.41.

SILVA, Paulo C. Ribeiro. **Indicadores**. [HTTP://www.ai.com.br/pessoal/indices](http://www.ai.com.br/pessoal/indices). 25/03/01

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: 1980. p.120.

MATOSO, Jorge. **O Brasil desempregado : como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo, 1999. p.47.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política do Capital**. 4 ed. São Paulo, 1980. p.674-752p.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**. 1 ed. São Paulo : Boitempo, 2001. p.150.

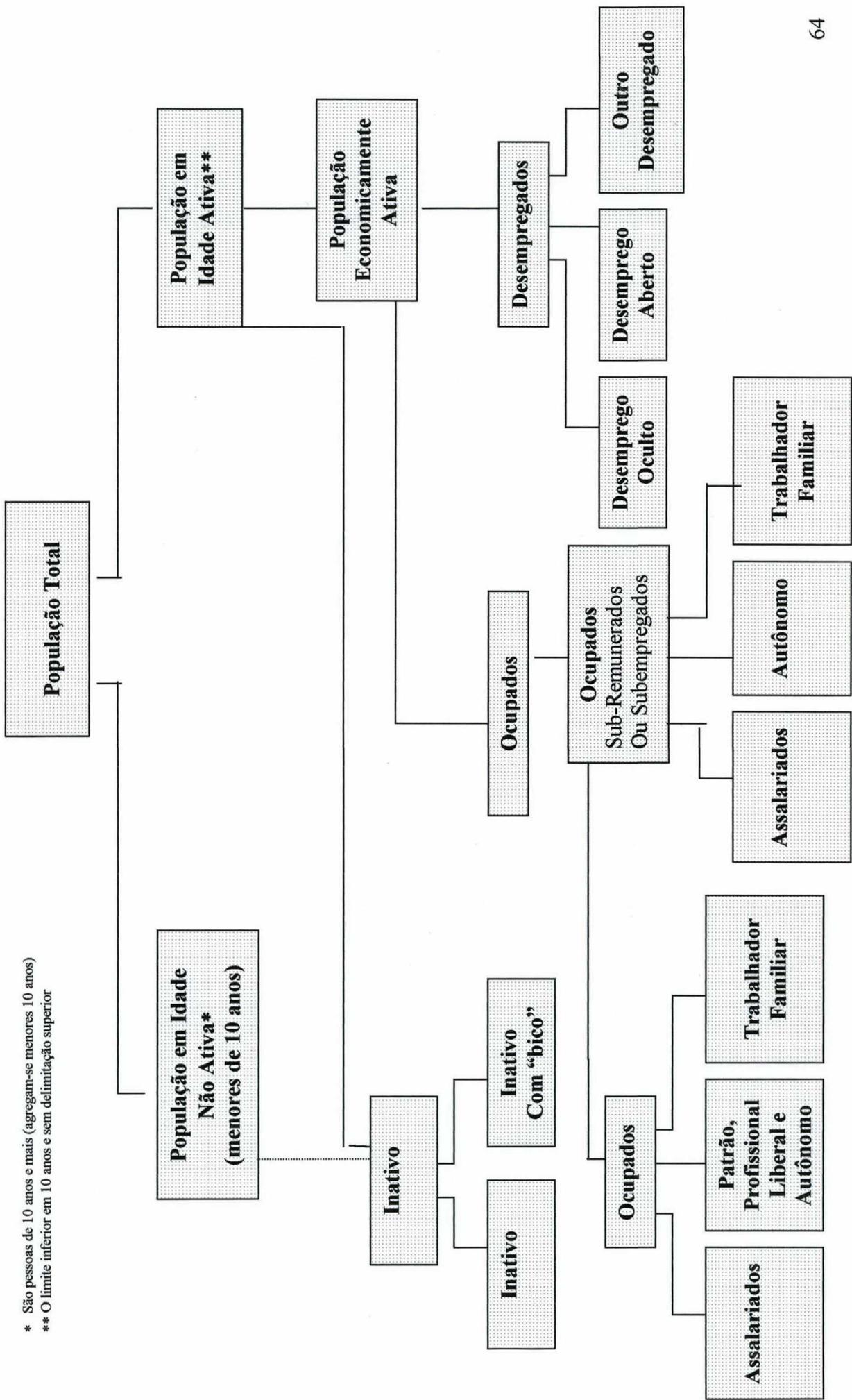
SINGER, Paulo. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1998. 139 p.

ANEXO 01

DIEESE

**Organograma da Distribuição da
População por Condição
De atividade**

**FONTE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
Sócio-Econômicos**



* São pessoas de 10 anos e mais (agregam-se menores 10 anos)

** O limite inferior em 10 anos e sem delimitação superior

ANEXO II

D I E E S E

**Diferenciação Interna entre
Ocupado, Desempregado
e Inativo**

FONTE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
Sócio-Econômicos

Reclassificação da Situação ocupacional Básica:

- a. Pessoas que se declaram *desempregadas*: procura de trabalho na semana de referência; tempo de procura de trabalho: igual ou menor que um ano e mais de um ano; exercício de um trabalho ocasional (bico) na semana de referencia; exercício de um trabalho ocasional normalmente ou eventualmente, no período em que esteve procurando emprego.

- b. Para as pessoas que se declaram ou foram classificadas como *ocupadas* aplicou-se de início o critério de renda, ⁽¹⁾ dividindo-as em dois grandes grupos: ocupados com remuneração igual ou maior que dois salários mínimos; ocupados com remuneração menor que dois salários mínimos. A estes últimos aplicou-se, segundo a posição na ocupação, os seguintes critérios adicionais:
 - *Assalariado*: salário menor que um salário mínimo (salário bruto); ter ou não ter carteira profissional assinada; idade (maior ou menor que 18 anos); jornada de trabalho menor ou igual a 48 horas semanais.
 - *Patrão, autônomo ou profissional liberal*: rendimento menor que um salário mínimo (faturamento mínimo); procura de trabalho assalariado; contribuição para a Previdência Social.
 - *Trabalhador familiar*: rendimento menor que um salário mínimo; jornada de trabalho maior que 40 horas semanais.
 - *Autônomos que se declaram desempregados*: rendimento menor que um salário mínimo;
 - *Autônomos que se declaram inativos*: rendimento menor que um salário mínimo;

- c. Pessoas que se declaram *inativas*: desejo de emprego permanente; realizam normalmente um produto ou serviço remunerado; realizam eventualmente um produto ou serviço remunerado; procura trabalho nos últimos três meses.

A classificação obtida através da aplicação dos critérios explicitados foi a seguinte:

¹ (3) refere-se à remuneração da ocupação principal definida pelo próprio entrevistado

1. Desempregados

- **desemprego aberto:** nesta categoria foi classificada a pessoa que procurou trabalho na semana de referência, podendo ter ou não trabalho ocasional;
- **desemprego oculto:** pessoa que se declarou inativa, não procurou emprego na semana de referência, mas deseja trabalhar e procurou trabalho nos últimos três meses, podendo ter ou não um trabalho ocasional;
- **outro tipo de desemprego:** pessoa que não procurou trabalho na semana de referência mas procurou antes e desistiu porque pensava não encontrar, podendo ter ou não um trabalho ocasional.

Quanto ao trabalho ocasional, os desempregados se dividem em:

- **desempregado que não faz bico:** está procurando trabalho há um ano ou menos e não tem nenhum trabalho ocasional;
- **desempregado que vive de bico:** está procurando trabalho há um ano ou menos e tem trabalho ocasional exercido de forma regular enquanto está desempregado;
- **desempregado ou eventualmente faz bico:** está procurando trabalho há menos ou mais de um ano e tem trabalho de forma muito eventual enquanto está desempregado.

2. Inativos

- **inativo:** pessoa que não tem nenhum tipo de trabalho, nem procurou trabalho nos últimos três meses (se declarou inativo), ou está há mais de um ano procurando emprego mas não procurou na semana de referência e não realiza nenhum tipo de trabalho ocasional (se declarou desempregado).
- **Inativo que eventualmente faz bico:** pessoa que se declarou inativa mas que realizou muito eventualmente algum tipo de trabalho.

3. Ocupados

3. Ocupados

Os ocupados subdividem-se em dois grandes grupos: ocupados e ocupados sub-remunerados ou subempregados.

O critério adotado pelo DIEESE para a cobertura de subemprego foi considerar a insuficiência de renda obtida, combinada à inserção do ocupado nas diferentes formas de organização produtiva.

Como uma aproximação deste último aspecto, adotou-se critérios diferenciados segundo a posição na ocupação. Assim, por exemplo, no interior do contingente caracterizado pela insuficiência de renda, adotou-se para os assalariados, o fato de não possuírem carteira de trabalho: para os autônomos, considerou-se o desejo de se tornarem assalariados e/ou a vinculação à Previdência social.

- Contingentes de ocupados:
 - **ocupados com salários ou rendimento maior ou igual a dois salários mínimos:** incluindo assalariado: patrão, profissional liberal, autônomo; e trabalho familiar.
 - **assalariados entre um e dois salários mínimos:** inclui o assalariado com salário compreendido nesta faixa e com carteira de trabalho assinada.
 - **assalariado menor que ganha menos que um salário mínimo:** assalariado com menos de 18 anos, com carteira profissional assinada e ganhando menos que um salário mínimo.
 - assalariado com jornada parcial: recebe menos que um salário mínimo, com carteira de trabalho assinada e jornada de trabalho inferior a 48 horas semanais.
 - **patrão, profissional liberal, autônomo com rendimentos entre um e dois salários mínimos inclui:**
 - patrão, profissional liberal, autônomo nesta faixa de rendimento que não está procurando trabalho assalariado e contribui para o INPS,
 - declarou-se como inativo e foi classificado como ocupado, nesta faixa de rendimentos.

- **Trabalhador familiar com rendimentos entre um e dois salários mínimos.**
- **Trabalhador familiar com rendimento menor salário mínimo.**
- *Contingente de ocupados sub-remunerados ou subempregados:*
 - **assalariado**
 - recebe menos que dois salários mínimos e não tem carteira profissional assinada;
 - tem carteira assinada mas percebe salário baixo de um salário mínimo e tem uma jornada de trabalho de 48 horas ou mais por semana; neste caso excluem-se os menores de 18 anos.
 - **Autônomo:**
 - tem rendimento do trabalho menor que um salário mínimo;
 - tem rendimento do trabalho entre um e dois salários mínimos e está procurando trabalho assalariado;
 - tem rendimento de trabalho entre um e dois salários mínimos e não contribui para a Previdência social;
 - declarou-se como inativo e foi classificado como ocupado com um rendimento menor que um salário mínimo.
 - **trabalhador familiar:** tem rendimento menor que um salário mínimo e trabalha mais que 40 horas semanais.

ANEXO III

Metodologia

IBGE

**FONTE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
Sócio-Econômicos**

Metodologia - Pesquisa Mensal de Emprego

1.1 Aspectos Gerais

Os planos de amostragem são independentes para cada Região Metropolitana de abrangência através de um desenho de seleção probabilística de domicílios em dois estágios: setores censitários e unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção dos setores censitários para compor as amostras da PME, é adotada a malha setorial utilizada para a realização do último Censo Demográfico. As unidades foram selecionadas, em cada município, pertencente à Região Metropolitana de abrangência, com probabilidade proporcional ao número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico de 1991.

Em um segundo estágio, com equiprobabilidade, foram selecionados, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores.

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, uma operação de atualização cadastral, ou operação de listagem, que consiste em atualizar a relação ordenada de todas as unidades residenciais e não residenciais existentes nas áreas selecionadas para compor as amostras da pesquisa.

Além desta atualização, para acompanhar o crescimento demográfico dos municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas de abrangência, seleciona-se unidades domiciliares de um cadastro complementar constituído por conjuntos com 30 ou mais unidades residenciais contíguas, que tenham surgido, nos municípios, após a realização do último Censo Demográfico.

A pesquisa suplementar utilizou a amostra da PME de abril de 1996, se reportando aos moradores que participaram da pesquisa e que, nesta data, tinham 18 anos ou mais de idade, para a investigação dos temas Associativismo, Representação de

Interesses e Intermediação Política e para os que tinham 20 anos ou mais de idade, para investigação das características de Educação e Trabalho.

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente na Região Metropolitana.

Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Com o objetivo de fornecer maiores subsídios para a interpretação dos resultados constantes neste volume, seguem algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PME, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem. A dificuldade que adviria do cálculo dos erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as células constantes das tabulações deste volume, mostrou a necessidade de adoção de uma forma alternativa de apresentação destes coeficientes. A fim de fornecer uma aproximação para os coeficientes de variação associados às estimativas, com o objetivo de quantificar o erro amostral em função da dimensão da estimativa, optou-se por ajustar modelos de regressão para cada uma das regiões metropolitanas de abrangência e para o conjunto das seis regiões. Utilizou-se o modelo de regressão da forma $Y = Axb$, onde x é o valor da estimativa e Y é o respectivo coeficiente de variação.

Estes dados obtidos pelo plano amostral referem-se a determinados períodos de tempo denominados *períodos de referência*. Pode-se citar os mais importantes, bem como, semana de referência - semana de Domingo a Sábado, que precede a semana para a

realização da entrevista. Depois, período de referência de 30 dias - são os 30 dias que antecedem a semana fixada para a entrevista. E por último, mês de referência - aquele que antecede ao mês de realização da pesquisa. Os dados divulgados são relativos às pessoas de 15 anos e mais idade e à semana de referência, com exceção da taxa de desemprego aberto que é divulgada também para período de 30 dias e dos rendimentos que são relativos ao mês de referência da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos visam separar os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos).

O conceito fundamental é o *trabalho*: significa ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. Para os indivíduos que trabalham investiga-se a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas, etc.

Para os indivíduos que procuram trabalho investiga-se a providência tomada, o tempo de procura, se trabalhou antes com ou sem remuneração, a ocupação, os ramos da atividade e a posição na ocupação de último trabalho. Para os inativos, se procuram trabalho no período de referência de 30 ou 60 dias.

Os conceitos utilizados pela PME, para classificar a população em Idade Ativa (PIA), segundo a inserção de trabalho, utilizaram-se os seguintes parâmetros:

- População em Idade Ativa - Compreende a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

A População Economicamente Ativa - compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definida: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalham ou tinham trabalho mas não trabalham (por exemplo, pessoas em férias).

Já as pessoas ocupadas são classificadas em:

- a) Empregados - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.)
Incluem-se , entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. E também, os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira assinada.
- b) Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c) Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d) Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiário.

População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

População Não Economicamente Ativa - as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Rendimento do Trabalho

Para os empregados, considera-se a remuneração efetivamente recebida no mês de referência.

Assim, sendo incluem-se as parcelas referentes ao 13º, 14º, 15º salários e a participação nos lucros paga pela empresa, ou outra gratificação, no mês de referência. Para os empregadores e para as pessoas que trabalham por conta própria considera-se a retirada feita ou o ganho líquido recebido efetivamente no mês de referência.

Define-se como ganho líquido o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o negócio ou profissão (salário de empregados, despesas com matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.)

Para a pessoa que recebe, pelo seu trabalho, em produtos ou mercadorias, considera-se o valor de mercado dos produtos recebidos.

Para a pessoa que estiver licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto do benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.), efetivamente recebido no mês de referência.

Indicadores

A partir dos dados levantados pela pesquisa, são gerados mensalmente vários indicadores, como: Taxa de Desemprego Aberto - relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.

- a) Taxa de Desemprego Aberto - pessoas que nunca trabalharam - relação entre o número de pessoas desocupadas que nunca trabalharam e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.
- b) Taxa de Desemprego Aberto - pessoas que já trabalharam - relação entre o número de pessoas desocupadas que trabalharam e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.
- c) Taxa de Desemprego Aberto por Setor de Atividade - relação entre o número de pessoas desocupadas cujo último trabalho foi num determinado setor (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços ou outras atividades) e o número de pessoas economicamente ativas no respectivo setor, num determinado período de referência.

Taxa de Atividade - relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência.

Proporção de Pessoas Ocupadas por Setor de Atividades - relação entre o número de pessoas ocupadas num determinado setor (indústria de transformação, comércio,

construção civil, serviços ou outras atividades) e o número de pessoas ocupadas, num determinado período de referência.

Proporção de Pessoas Ocupadas por Posição na ocupação - relação entre o número de pessoas ocupadas em cada posição (empregados com ou sem carteira assinada conta própria e empregadores) e o número de pessoas ocupadas, num determinado período de referência.

Sazonalidade dos Indicadores

Alguns indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego apresentam movimentos tipicamente sazonais, como por exemplo, a diminuição do número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) no último trimestre do ano e o aumento dos rendimentos médios reais no mês de dezembro, devido ao recebimento do 13º salário e gratificações normais nesta época do ano.